

CONTAS NACIONAIS

número 49

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

2010 - 2013



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Rebeca de La Roque Palis

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 49

Produto Interno Bruto dos Municípios

2010-2013

Rio de Janeiro
2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4372-7 (meio impresso)

© IBGE. 2015

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Produto interno bruto dos municípios : 2010-2013 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2015.
p. – (Contas nacionais, ISSN 1415-9813 ; n. 49)

Acompanha um CD-ROM, em bolso.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4372-7

1. Produto interno bruto - Brasil. 2. Produto interno bruto - Tabelas. 3. Brasil - Municípios. I. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. II. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2015-31

CDU 330.552(81-21)
ECO

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional

Produto Interno Bruto dos Municípios

Tabelas de resultados

1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

Referências

Apêndices

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2013

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Listas

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia

AC - Acre

AM - Amazonas

RR - Roraima

PA - Pará

AP - Amapá

TO - Tocantins

MA - Maranhão

PI - Piauí

CE - Ceará

RN - Rio Grande do Norte

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

AL - Alagoas

SE - Sergipe

BA - Bahia

MG - Minas Gerais

ES - Espírito Santo

RJ - Rio de Janeiro

SP - São Paulo

PR - Paraná

SC - Santa Catarina

RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

GO - Goiás

DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/SãoPaulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/ Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta, nesta publicação, os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2010 a 2013, que têm como referência o ano de 2010. Com a presente divulgação, o IBGE mantém a sistemática de revisões periódicas de suas séries, em conformidade com as recomendações internacionais¹.

Em março do presente ano foi publicada a série do Sistema de Contas Nacionais - referência 2010 com os dados relativos a 2010 e 2011 e, em novembro, foi divulgada a série de 2010 a 2013, incluindo revisão dos dois primeiros anos². A revisão dos dados nacionais, nas séries anuais e trimestrais, foi a primeira etapa do processo de revisão das contas divulgadas pelo IBGE. A etapa seguinte foi a introdução dos novos conceitos e o novo ano de referência em níveis geográficos mais desagregados. Dessa forma, realizou-se a revisão das Contas Regionais e, em seguida, do PIB dos Municípios. Com

¹ Uma referência sobre os processos de revisão das séries de Contas Nacionais é o documento: ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - CEPAL; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93_aeg.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

² Para informações complementares, consultar: SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 44). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015. Consultar também: SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 69 p. (Contas nacionais, n. 46). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

essas divulgações, o IBGE e os seus parceiros nesses projetos concluem o processo de atualização da metodologia adotada no cálculo das Contas Regionais e do PIB dos Municípios.

O PIB dos Municípios, por sua vez, absorve todos os aprimoramentos metodológicos adotados nas Contas Nacionais e Regionais, revisa e define novos indicadores utilizados na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto das atividades econômicas das Contas Regionais.

Os resultados municipais também estão disponíveis no portal do IBGE na Internet e no CD-ROM que acompanha esta publicação. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços –, os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, destaca aspectos econômicos de abrangência tanto nacional como regional e municipal.

A publicação inclui Apêndices contendo os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios, o índice de Gini, por atividade econômica, e um Glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

As estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios são desenvolvidas desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O cálculo do PIB dos Municípios obedece a uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação e é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

Os novos procedimentos metodológicos adotados nas Contas Nacionais e Regionais, que seguem o manual *System of national accounts 2008*, SNA-2008, modificaram e atualizaram a composição interna e os valores nominais do PIB do Brasil e de todas as Unidades da Federação. Essas alterações impactaram diretamente no peso relativo das atividades na geração do valor adicionado bruto. Desse modo, o novo vetor de peso das atividades econômicas refletiu diretamente na composição do PIB dos Municípios. O ano de 2010 passa a ser o ano de referência da série reformulada, tanto no Sistema de Contas Nacionais como nas Contas Regionais e no PIB dos Municípios.

As séries das Contas Nacionais e Regionais divulgadas em 2015 incorporaram os seguintes fatores:

- Adoção de nova classificação de produtos e atividades no Sistema de Contas Nacionais, integrada com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, e, conseqüentemente, com a revisão 4 da Clasificación Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Económicas - CIIU (International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC);

- Introdução dos resultados do Censo Agropecuário 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008-2009 e do Censo Demográfico 2010;
- Atualização da matriz de consumo intermediário com dados da Pesquisa de Consumo Intermediário - PCI 2010 para as seguintes atividades econômicas: Extrativa mineral, Indústria de transformação, Construção civil e Serviços. A atualização da estrutura de consumo intermediário das atividades agropecuárias foi realizada com base no Censo Agropecuário 2006;
- Atualização das margens de comércio e de transporte com base em pesquisas específicas e na Pesquisa Anual de Serviços - PAS 2010;
- Atualização das estruturas de impostos com base na revisão das alíquotas e nas novas estruturas de consumo;
- Utilização dos dados da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física como referência para parte dos resultados do setor institucional famílias nas Contas Econômicas Integradas - CEI; e
- Adoção das recomendações e modificações conceituais e metodológicas apresentadas no manual *System of national accounts 2008*, SNA-2008.

No que se refere ao cálculo do PIB dos Municípios, este se baseia na distribuição, entre os municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na Agropecuária, no nível de produto.

O processo de revisão dos indicadores utilizados contou com a participação dos parceiros estaduais, especialmente do Comitê Técnico do PIB dos Municípios.

Ressaltam-se as principais modificações ocorridas em relação à metodologia anterior³:

- Todos os produtos agropecuários detectados no Censo Agropecuário 2006 em nível municipal foram considerados. Na definição dos pesos desses produtos, foram utilizados os valores de produção das Contas Regionais. Esses pesos serviram para definir a ponderação das estruturas por município;
- Segmentação da atividade construção nos setores: empresas não financeiras e famílias;
- Segmentação da Indústria de transformação em segmentos com expressiva concentração; relação diferenciada entre o consumo intermediário e o valor da produção; e relevância econômica na Unidade da Federação. Para cada Unidade da Federação foram criados grupos de segmentos industriais, respeitando as particularidades regionais;

³ Para informações complementares, consultar o documento: NOTA metodológica da série do PIB dos municípios, referência 2010 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 5 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

- Revisão da alocação do valor adicionado bruto da atividade geração de energia elétrica, observando o aspecto conceitual da localização da casa de força das usinas hidrelétricas;
- Segmentação da atividade comércio em: Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; Comércio atacadista exceto combustíveis; Comércio atacadista de combustíveis; e Comércio varejista;
- Segmentação da atividade alojamento e alimentação em: alojamento, serviços de alimentação providos pelas empresas não financeiras, e serviços de alimentação produzidos pelas famílias;
- Inclusão do consumo comercial de energia elétrica na distribuição do valor adicionado bruto de atividades imobiliárias;
- Distribuição dos impostos federais pelas receitas, segundo o domicílio fiscal;
- Revisão da metodologia de cálculo das atividades calculadas com base na média da economia, levando em consideração as informações da Tabela de Recursos em Usos - TRU do Brasil de 2010; e
- Distribuição dos subsídios estaduais pela estrutura do valor adicionado bruto dos municípios dos respectivos setores de atividade econômica, ponderada por uma *proxy* da estrutura observada nas Contas Nacionais. Desse modo, a estrutura municipal do valor adicionado bruto municipal de cultivo de cereais foi utilizada para distribuir os subsídios dos produtos milho e trigo; a de outros da lavoura temporária, para distribuir os subsídios do feijão e outros agrícolas; a do cultivo de café, para repartir os subsídios do café; a da indústria de transformação, para os subsídios relacionados ao refino e à fabricação de produtos farmacêuticos; a estrutura do valor adicionado bruto da distribuição de energia elétrica, para distribuir os subsídios de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; e, finalmente, a estrutura dos transportes, para os subsídios aos serviços de transportes metroferroviário, rodoviário e aquaviário.

Devido às mudanças mencionadas anteriormente, os principais impactos em relação à metodologia anterior são:

- A relevância da produção secundária na distribuição do valor adicionado bruto das atividades agropecuárias;
- O valor adicionado bruto das atividades industriais concentradas no território da Unidade da Federação passa a ser alocado nos municípios com a presença da referida atividade industrial. São os casos de alguns segmentos industriais extremamente concentrados, como a indústria do refino e a de celulose; e
- Distribuição do valor adicionado bruto da atividade comércio atacadista somente entre os municípios com presença desta atividade, como é caso do comércio atacadista de combustíveis, concentrado em poucos municípios dentro das respectivas Unidades da Federação.

O Apêndice 1 apresenta informações detalhadas sobre os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios. O Apêndice 2 apresenta o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em 2013.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Desse modo, na próxima divulgação, os dados relativos ao ano de 2013 poderão sofrer revisão.

A publicação apresenta um conjunto de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, os impostos sobre produtos livres de subsídios, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Além das informações anteriormente mencionadas, destaca-se o valor adicionado bruto corrente da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à importância desta atividade na economia brasileira. O texto destaca a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior. O CD-ROM inclui análise detalhada sobre o PIB *per capita* e os setores de atividade econômica.

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira em 2013 em relação a 2012, por grupos de atividade econômica⁴.

Em 2013, o Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado cresceu, em relação ao ano anterior, nominalmente, 10,6%; e, em termos reais, 3,0%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 5 316,4 bilhões (SISTEMA., 2015b, Tabelas 6, 10.1, 11, 12, 13). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 2,9% do valor adicionado bruto⁵ a preços básicos e do aumento de 3,7% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

O crescimento nominal do valor adicionado bruto da Agropecuária em 2013 (19,7%) refletiu a elevação do volume da produção (8,4%) e dos preços (10,5%). Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2013⁶, realizada pelo IBGE, o valor bruto da produção agrícola alcançou R\$ 232,5 bilhões em 2013, um crescimento de 14,0% em relação ao ano anterior. Entre os produtos que registraram maior incremento no valor da produção, destacam-se soja (36,6%), mandioca (28,5%), arroz (19,9%), feijão (11,7%) e cana-de-açúcar (6,2%). O aumento do valor da produção da soja foi devido ao recorde da produção (81,7 milhões de toneladas) e ao incremento nos preços.

⁴ Consideram-se os seguintes segmentos de atividade econômica em outros serviços: alojamento; alimentação; atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas; serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P&D; outras atividades profissionais, científicas e técnicas; aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual; outras atividades administrativas e serviços complementares; atividades de vigilância, segurança e investigação; atividades artísticas, criativas e de espetáculos; organizações associativas e outros serviços pessoais; educação privada; saúde privada; e serviços domésticos.

⁵ O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos, isto é, exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto.

⁶ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2012-2013

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2012 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2013 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volumen	Preço	Valor		2012	2013
Produto Interno Bruto	4 805 913	3,0	7,4	10,6	5 316 455		
Valor adicionado total	4 085 412	2,9	8,0	11,1	4 538 596	100,0	100,0
Agropecuária	200 695	8,4	10,5	19,7	240 290	4,9	5,3
Indústria	1 064 812	2,2	4,0	6,3	1 131 810	26,1	24,9
Indústria extrativa	185 321	(-) 3,0	5,0	1,8	188 718	4,5	4,2
Indústria de transformação	514 021	3,0	5,5	8,7	558 733	12,6	12,3
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	100 233	1,6	(-) 8,9	(-) 7,4	92 818	2,5	2,0
Construção Civil	265 237	4,5	5,2	9,9	291 541	6,5	6,4
Serviços	2 819 905	2,8	9,3	12,3	3 166 496	69,0	69,8
Comércio	548 244	3,4	8,3	12,0	613 980	13,4	13,5
Transporte, armazenagem e correio	183 063	2,6	8,3	11,1	203 421	4,5	4,5
Serviços de informação	148 451	4,0	2,0	6,1	157 509	3,6	3,5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	253 970	2,2	2,8	5,0	266 718	6,2	5,9
Atividades imobiliárias	362 489	4,8	11,1	16,4	421 806	8,9	9,3
Outros serviços	671 587	1,6	10,9	12,7	756 875	16,4	16,7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	652 101	2,2	12,0	14,4	746 187	16,0	16,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria apresentou, tanto em volume quanto em preços, variação abaixo da média do valor adicionado bruto total, registrando perda de participação de 1,1 ponto percentual no valor adicionado bruto do País, ao passar de 26,1% para 24,9%, de 2012 para 2013. Esse fato foi reflexo do fraco desempenho de todos os seus segmentos. Em 2012, a Indústria extrativa gerava 4,5% do valor adicionado bruto total e, em 2013, passou a gerar 4,2%. A Indústria de transformação, que em 2012 contribuía com 12,6% do valor adicionado bruto total, passou a contribuir com 12,3%. A atividade Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana participou com 2,5% e 2,0% do valor adicionado bruto nacional em 2012 e 2013, respectivamente, enquanto a atividade Construção civil, que participava com 6,5% em 2012, passou a participar com 6,4% em 2013.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 12,3% e apresentou crescimento em volume de 2,8%, passando a representar 69,8% do valor adicionado bruto total em 2013. Apenas os segmentos Serviços de informação e Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados variaram abaixo da média⁷.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2015a). A Tabela 2, a seguir, apresenta uma síntese dos resultados por Unidades da Federação⁸.

⁷ Para informações complementares, consultar: SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

⁸ Para informações mais detalhadas, consultar: CONTAS regionais do Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

As maiores variações positivas na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária ocorreram no Rio Grande do Sul (3,9 pontos percentuais), Paraná (1,4 ponto percentual) e Pará (1,0 ponto percentual), enquanto as maiores variações absolutas negativas foram observadas em Minas Gerais (2,7% pontos percentuais), Mato Grosso (1,0% ponto percentual), Bahia (0,9% ponto percentual) e São Paulo (0,8% ponto percentual).

Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2012-2013

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2012	2013	Diferença absoluta	2012	2013	Diferença absoluta	2012	2013	Diferença absoluta	2012	2013	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	1,6	1,4	(-) 0,3	0,5	0,5	(-) 0,0	0,6	0,6	(-) 0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Acre	0,5	0,5	0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	0,0
Amazonas	2,1	2,2	0,1	2,1	2,2	0,1	1,2	1,2	0,1	1,5	1,5	0,1
Roraima	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
Pará	5,1	6,0	1,0	3,0	3,2	0,2	1,9	1,9	(-) 0,1	2,4	2,4	0,1
Amapá	0,1	0,1	(-) 0,0	0,1	0,1	0,0	0,3	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0
Tocantins	1,2	1,1	(-) 0,0	0,3	0,3	(-) 0,0	0,5	0,5	0,0	0,5	0,5	0,0
Maranhão	2,7	2,8	0,1	1,0	1,0	0,0	1,3	1,3	0,0	1,3	1,3	0,0
Piauí	1,0	0,7	(-) 0,3	0,4	0,3	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Ceará	2,0	2,0	0,1	1,7	1,7	0,0	2,2	2,2	0,0	2,1	2,1	0,0
Rio Grande do Norte	0,6	0,6	(-) 0,0	1,0	0,9	(-) 0,0	1,1	1,1	0,0	1,0	1,0	0,0
Paraíba	0,8	0,8	0,0	0,7	0,6	(-) 0,0	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	(-) 0,0
Pernambuco	1,9	1,8	(-) 0,2	2,2	2,3	0,1	2,9	2,8	(-) 0,0	2,7	2,7	0,0
Alagoas	1,5	1,5	(-) 0,0	0,6	0,5	(-) 0,1	0,8	0,8	(-) 0,0	0,8	0,7	(-) 0,0
Sergipe	0,7	0,7	0,0	0,8	0,7	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Bahia	6,4	5,5	(-) 0,9	3,3	3,2	(-) 0,1	3,9	4,0	0,1	3,9	3,9	0,0
Minas Gerais	12,7	10,0	(-) 2,7	11,3	11,6	0,3	8,5	8,6	0,1	9,5	9,4	(-) 0,0
Espírito Santo	1,6	1,3	(-) 0,3	3,8	3,5	(-) 0,4	1,8	1,7	(-) 0,1	2,3	2,1	(-) 0,2
Rio de Janeiro	1,2	1,0	(-) 0,2	14,9	14,4	(-) 0,6	11,6	11,6	0,0	12,0	11,7	(-) 0,2
São Paulo	11,9	11,0	(-) 0,8	28,8	28,6	(-) 0,2	33,8	33,6	(-) 0,2	31,4	31,1	(-) 0,3
Paraná	11,1	12,5	1,4	6,1	6,6	0,5	5,5	5,7	0,2	5,9	6,3	0,4
Santa Catarina	4,4	5,0	0,6	4,9	4,9	0,0	3,6	3,6	(-) 0,0	4,0	4,0	0,0
Rio Grande do Sul	8,1	12,0	3,9	6,1	6,1	(-) 0,0	5,8	5,9	0,1	6,0	6,3	0,3
Mato Grosso do Sul	4,8	4,5	(-) 0,3	1,2	1,2	0,0	1,2	1,2	0,0	1,3	1,3	0,0
Mato Grosso	8,7	7,7	(-) 1,0	1,0	1,2	0,2	1,5	1,5	(-) 0,0	1,7	1,7	0,0
Goiás	7,0	6,8	(-) 0,2	3,0	3,0	0,1	2,7	2,6	(-) 0,1	3,0	2,9	(-) 0,1
Distrito Federal	0,2	0,2	(-) 0,0	0,9	0,9	(-) 0,1	4,5	4,4	(-) 0,1	3,4	3,3	(-) 0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na distribuição dos valores adicionados brutos da Agropecuária pelas Unidades da Federação, observa-se que Paraná e Rio Grande do Sul apresentaram as maiores contribuições: 12,5% e 12,0%, respectivamente. Segundo a PAM 2013, a Região Sul retomou o crescimento da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas (grãos), aproveitando-se das melhores condições climáticas. Ao contrário, na Região Nordeste, a forte estiagem iniciada em 2012 persistiu em algumas áreas produtoras em 2013, afetando também a produção. Destaca-se o desempenho do Paraná que, em valor

adicionado bruto da Agropecuária, passou do terceiro lugar, em 2012, para o primeiro, em 2013, ultrapassando São Paulo e Minas Gerais. O crédito pelo aumento da produção em relação ao ano anterior foi resultado, principalmente, do aumento da produção de soja, batata-inglesa, cebola, mandioca e tomate.

Os cultivos de café e feijão e a extração de madeira em tora foram os principais responsáveis pela redução da participação de Minas Gerais, enquanto a redução da área plantada de algodão constituiu a principal causa do recuo de Mato Grosso. Verifica-se que São Paulo foi o terceiro estado que mais contribuiu no total nacional, porém sua participação reduziu-se de 11,9% para 11,0%, de 2012 para 2013. Esse estado concentrava a produção de importantes produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar e a laranja. Segundo a PAM 2013, São Paulo produziu 74,2% da produção nacional dessa fruta, entretanto problemas fitossanitários e econômicos decorrentes das baixas cotações das frutas destinadas à indústria foram decisivos na queda de participação.

Em 2013, o estado que mais contribuiu para o valor adicionado bruto da Indústria foi São Paulo, seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Juntos eles geraram 54,4% do valor adicionado bruto deste setor no País. Os segmentos da Indústria de transformação e da Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana foram os principais responsáveis pelo recuo da participação de São Paulo. O recuo do valor adicionado bruto industrial do Espírito Santo e do Rio de Janeiro foi devido à Indústria extrativa e à Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, enquanto a variação positiva da atividade industrial do Paraná foi decorrente da Indústria de transformação, principalmente da fabricação de automóveis e outros equipamentos de transporte.

De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos negativos foram verificados nos segmentos deste setor em São Paulo, que tem como principal causa para a perda de participação o segmento de Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados. Em contrapartida, o setor de Serviços no Paraná apresentou ganho de participação, especialmente no Comércio, Serviços de informação e Atividades imobiliárias.

Produto Interno Bruto dos Municípios

A malha municipal brasileira, em 2013, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 570 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes.

Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração; a segunda, os movimentos dos municípios.

Análise da concentração do PIB⁹

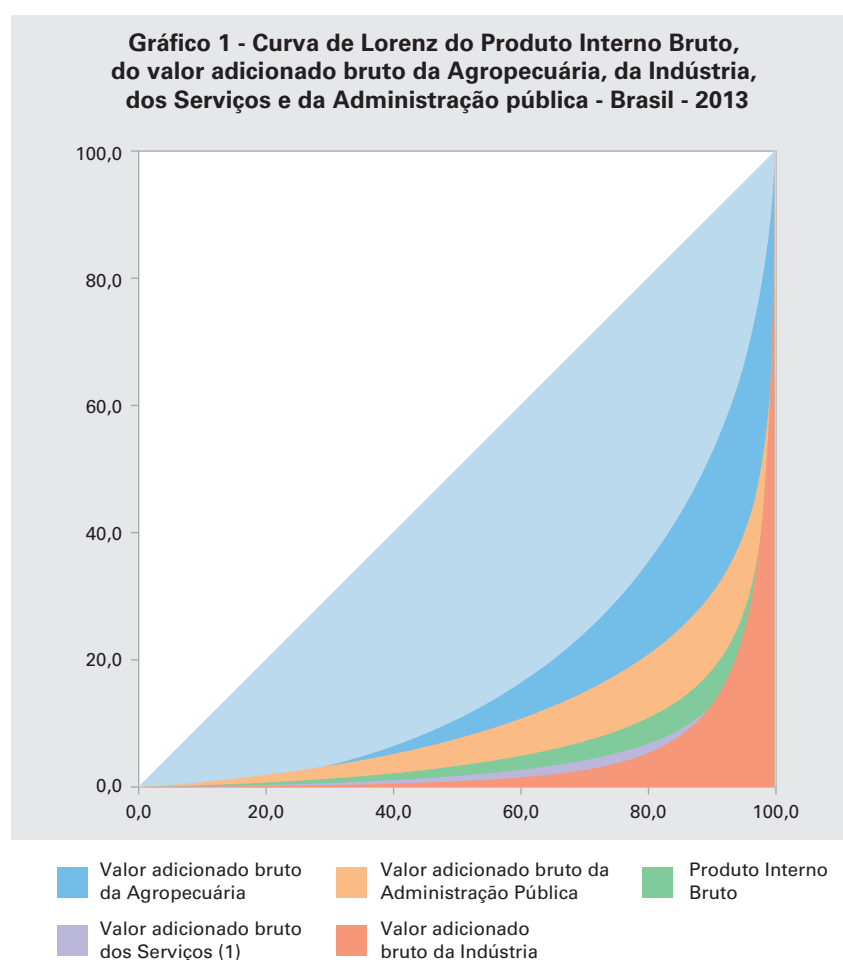
As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, são apresentados alguns resultados

⁹ Ressalta-se que os subsídios entram com valores negativos no cálculo dos impostos líquidos de subsídios. Logo, em alguns municípios, o valor dos impostos descontando os subsídios pode ser negativo. Na série de 2010 a 2013, esse fato ocorreu nos seguintes Municípios: Apuí (AM), São Pedro dos Crentes (MA), Mulungu (PB), São José de Princesa (PB), São Gonçalo do Gurguéia (PI), Varre-Sai (RJ), São José de Ubá (RJ), Italva (RJ), Duas Barras (RJ), Martins (RN), Dom Pedro de Alcântara (RS), Ibiaçá (RS), Itaberá (SP), Cristais Paulista (SP), Ribeirão Corrente (SP), Coronel Macedo (SP), Tejuapá (SP), Óleo (SP), Jeriquara (SP), Alvinlândia (SP), Sarutaiá (SP), Gália (SP), Lupércio (SP), Platina (SP), Cássia dos Coqueiros (SP), Riversul (SP) e Timburi (SP).

cujo propósito é mensurar a desigualdade ou a concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz; o índice de Gini; a distribuição de frequência acumulada da renda; a relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores; a participação dos cinco maiores PIBs municipais em relação à Unidade da Federação; e a concentração econômica dos Municípios das Capitais em relação ao País e à Unidade da Federação.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹⁰

As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social evidenciam a concentração da economia nacional e estão representadas no Gráfico 1.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O índice de Gini para o PIB, em 2013, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária e da Indústria foi de 0,61 e 0,91, respectivamente. O índice de Gini para o setor de Serviços foi de 0,86; excluindo-se o segmento da Administração,

¹⁰ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para informações mais detalhadas, ver o **Glossário** ao final da publicação.

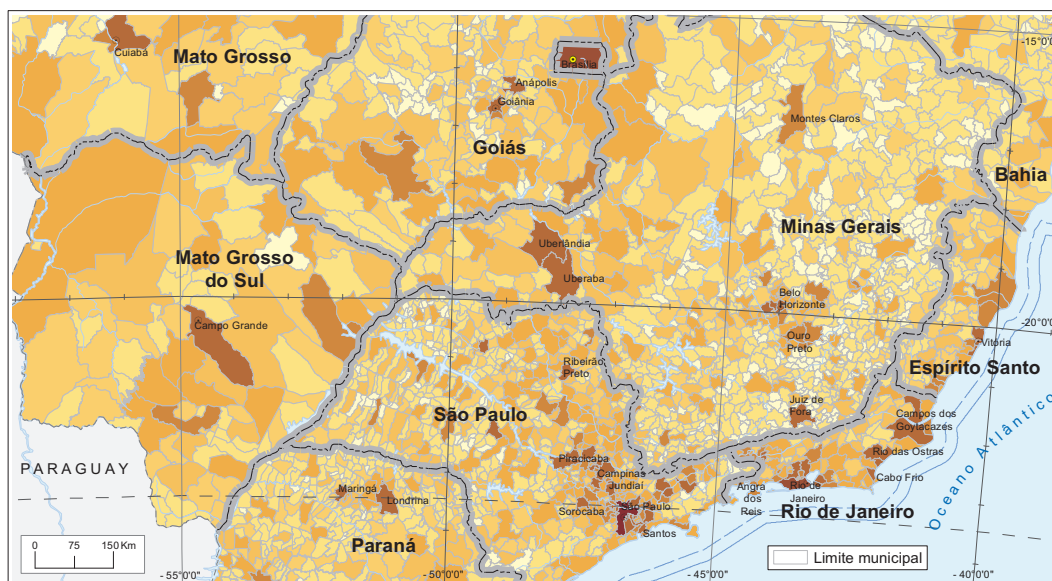
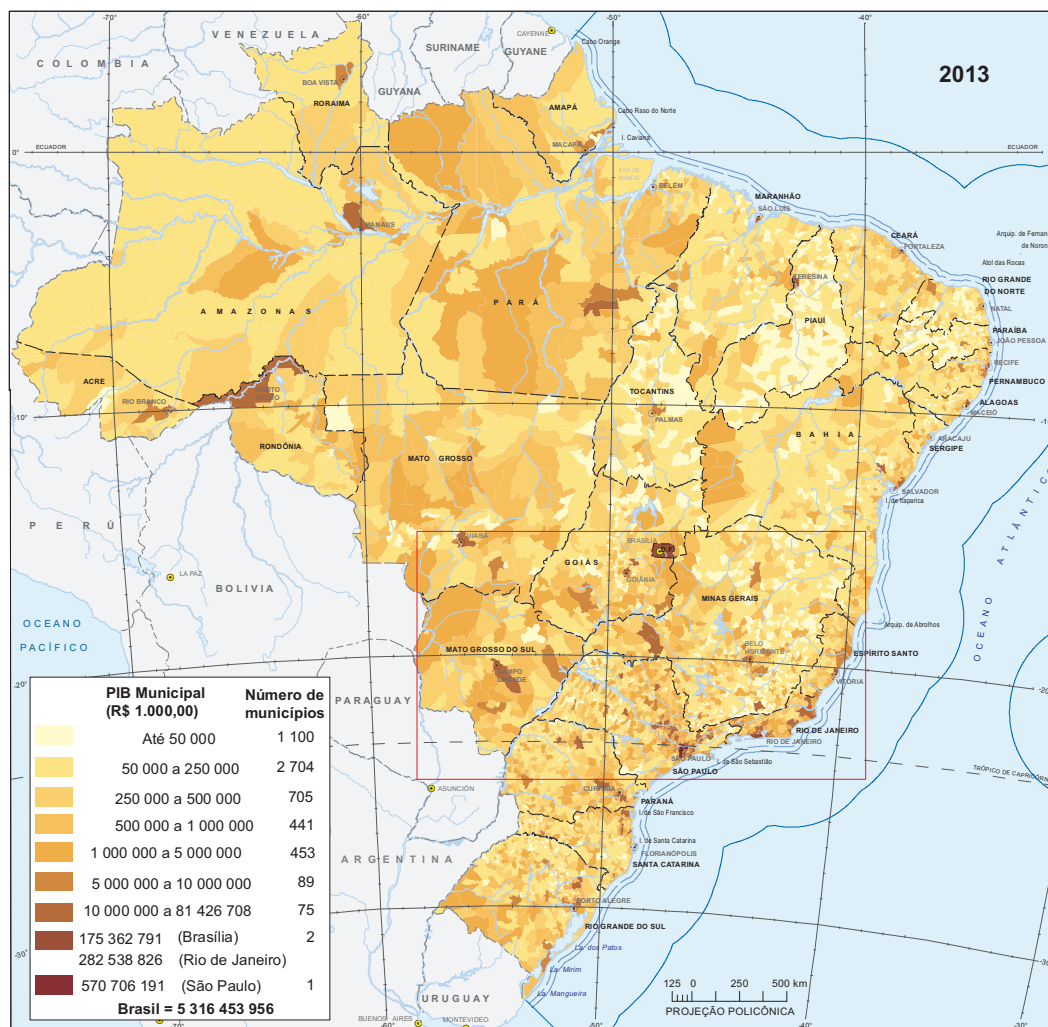
saúde e educação públicas e seguridade social, o índice aumentou e ficou em 0,90. O índice para o segmento da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi de 0,75. Esses coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2010. No que diz respeito à concentração, a Agropecuária foi a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorreu com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração.

Decompondo o índice de Gini do valor adicionado bruto total das atividades (0,85), verifica-se que a Agropecuária contribuiu com 0,02; a Indústria, com 0,22; os Serviços, exclusive o segmento da Administração pública, com 0,48; e a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, com 0,12.

Consta no Apêndice 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em 2013. Observa-se que apenas Amazonas e São Paulo apresentaram índices de Gini para o PIB superiores ao nacional: 0,88 e 0,87, respectivamente. Os menores indicadores, entre 0,69 e 0,70, foram observados em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Acre.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes de valor. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição de frequência acumulada da renda

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹¹ no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2010-2013

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2010						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	46	0,8	16,6	52	0,9	30,2
De 50% a 75%	247	4,4	23,3	299	5,4	53,5
De 75% a 95%	1 836	33,0	31,1	2 135	38,4	84,6
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,7	4 139	74,4	96,4
De 99% a 100%	1 426	25,6	3,6	5 565	100,0	100,0
2011						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	50	0,9	18,0	56	1,0	31,7
De 50% a 75%	256	4,6	22,4	312	5,6	54,0
De 75% a 95%	1 851	33,3	30,9	2 163	38,9	84,9
De 95% a 99%	1 988	35,7	11,5	4 151	74,6	96,5
De 99% a 100%	1 414	25,4	3,5	5 565	100,0	100,0
2012						
Até 25%	6	0,1	12,9	6	0,1	12,9
De 25% a 50%	52	0,9	19,1	58	1,0	32,0
De 50% a 75%	261	4,7	22,3	319	5,7	54,4
De 75% a 95%	1 831	32,9	30,6	2 150	38,6	84,9
De 95% a 99%	1 986	35,7	11,5	4 136	74,3	96,4
De 99% a 100%	1 429	25,7	3,6	5 565	100,0	100,0
2013 (2)						
Até 25%	7	0,1	13,8	7	0,1	13,8
De 25% a 50%	55	1,0	19,0	62	1,1	32,8
De 50% a 75%	270	4,8	22,1	332	6,0	54,9
De 75% a 95%	1 885	33,8	30,5	2 217	39,8	85,5
De 95% a 99%	1 965	35,3	11,1	4 182	75,1	96,5
De 99% a 100%	1 388	24,9	3,5	5 570	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹¹ Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2013, a renda gerada pelos sete maiores municípios em relação ao PIB correspondeu a, aproximadamente, 25,0% de toda a geração de renda do País, e que esses municípios tinham 13,8% da população. Agregando a renda de 62 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 32,8% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 388 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por, aproximadamente, 1,0% do PIB e concentraram 3,5% da população. Nesta faixa, estavam 74,6% dos municípios do Piauí, 60,1% dos municípios da Paraíba, 53,3% dos municípios do Rio Grande do Norte e 52,5% dos municípios do Tocantins. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4 ilustra a posição dos sete maiores municípios em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população. De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios no período de 2010 a 2013. Dentre eles, os seis maiores, responsáveis por aproximadamente 24% do PIB, eram Municípios das Capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados, Comércio e Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, exceto o município de Manaus (AM), cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústria de transformação) e de Serviços. O Município de Campos dos Goytacazes (RJ), com economia pautada na extração de petróleo e gás, torna-se, a partir de 2011, o maior município gerador de renda, excluindo os Municípios das Capitais.

Tabela 4 - Posição dos maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2013 - 2010-2013

Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2013	Posição em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil				Participação relativa (%)				
					Produto Interno Bruto				População 2013 (2)
	2010	2011	2012	2013 (1)	2010	2011	2012	2013 (1)	
São Paulo/SP	1º	1º	1º	1º	11,5	11,3	11,1	10,7	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2º	2º	2º	2º	5,3	5,2	5,2	5,3	3,2
Brasília/DF	3º	3º	3º	3º	3,7	3,5	3,4	3,3	1,4
Belo Horizonte/MG	4º	4º	4º	4º	1,5	1,5	1,5	1,5	1,2
Curitiba/PR	5º	5º	5º	5º	1,5	1,5	1,5	1,5	0,9
Manaus/AM	6º	6º	7º	6º	1,3	1,3	1,2	1,2	1,0
Campos dos Goytacazes/RJ	11º	7º	6º	7º	1,0	1,2	1,2	1,1	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, além de Campos dos Goytacazes (RJ), oito se destacaram por gerarem, individualmente, mais de 0,5% do PIB, agregando 6,4% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram todos paulistas: Osasco e Campinas, gerando 1,0%, cada; Guarulhos e São Bernardo do Campo, 0,9%, cada; Barueri, 0,8%; Jundiaí, 0,7%; e São José dos Campos e Sorocaba, 0,5%, cada. Esses dados também podem ser observados na Tabela de resultados 1.

É necessário analisar os principais movimentos dos municípios sob dois aspectos: as maiores diferenças absolutas, em módulo, nas participações; e as maiores diferenças relativas, em módulo, nas participações. A primeira medida permite observar os avanços e recuos nas economias dos grandes municípios do ponto de vista econômico, enquanto a segunda aponta os movimentos nos municípios de menor porte econômico.

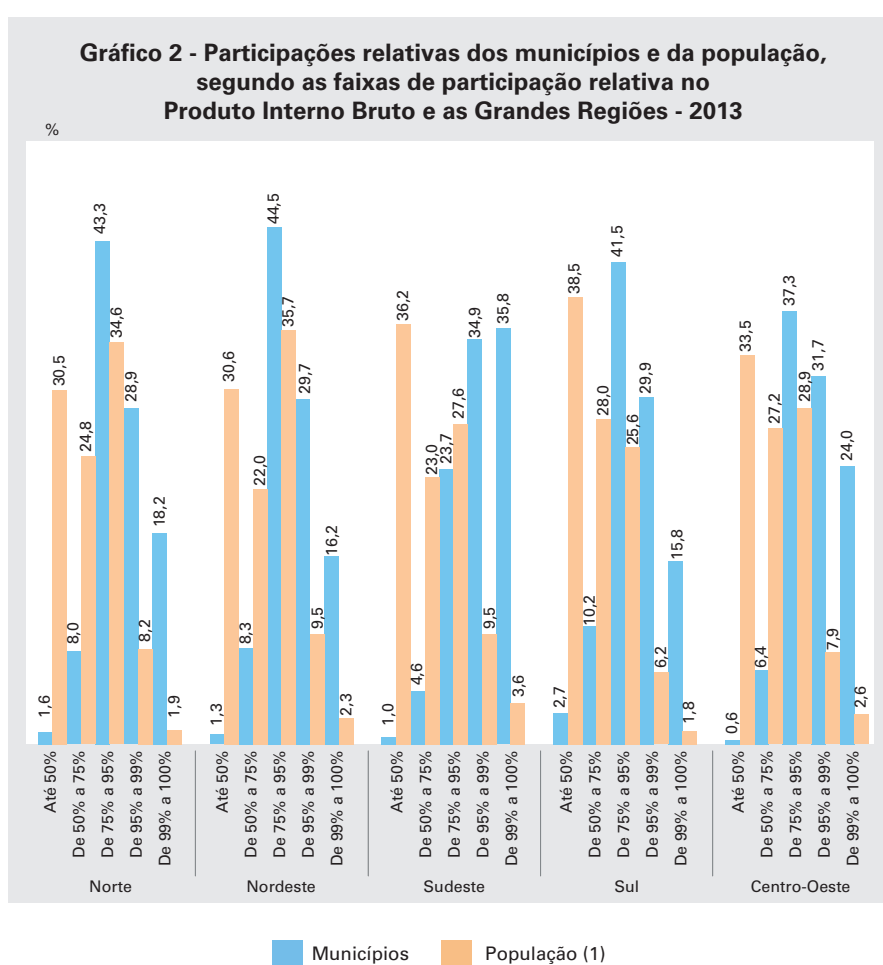
Em relação ao ano anterior, o município que mais avançou foi o Rio de Janeiro (RJ), 0,1 ponto percentual; o ganho na participação está relacionado com grandes obras de infraestrutura no período. Manaus (AM) ganhou participação em função da construção civil e de alguns segmentos industriais, tais como: fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos; metalurgia; e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos. Paulínia (SP) avançou 0,05 ponto percentual em função de novos fornecedores de autopeças. O ganho de Piracicaba (SP), 0,05 ponto percentual, foi devido à ampliação de fábrica de automóveis.

O Município de São Paulo (SP) recuou 0,4 ponto percentual em função, principalmente, dos serviços financeiros, indústria de transformação e comércio de automóveis. O Município de Campos dos Goytacazes (RJ) perdeu 0,1 ponto percentual na participação em virtude da queda na produção de petróleo. Em Brasília (DF), o recuo de 0,1 ponto percentual decorreu dos serviços financeiros e do comércio. A retração de Vitória (ES) em 0,1 ponto percentual deveu-se ao recuo na atividade extrativa mineral, motivada pela queda da produção de pelotas de minério de ferro, com a diminuição da demanda global; no setor elétrico; na construção civil; e no comércio, com a maior queda registrada no comércio de automóveis.

O maior avanço relativo em relação ao ano anterior ocorreu no Município de Santo Antônio dos Lopes (MA), devido à extração de gás natural e também à produção de eletricidade, com o início da operação de termoelétrica. Os Serviços, especialmente o comércio de combustíveis, foram os responsáveis pelo ganho relativo de participação do Município de Guimarães (RN). O avanço na participação relativa do Município de Ipeúna (São Paulo) foi em função do ganho na indústria alimentar. Em Ilhabela (SP), o ganho relativo foi devido à exploração de petróleo. O ganho relativo de Lagoa Nova (RN) estava relacionado à expansão na construção civil e no segmento imobiliário, com a construção de condomínios residenciais, bem como a ampliação e construção de meios de hospedagem. O cultivo da soja no Município de São Miguel das Missões (RS) foi responsável pelo ganho de participação relativa.

As maiores retrações relativas foram verificadas nos municípios mineiros de Francisco Dumont, Olhos-d'Água, São João da Lagoa, Padre Carvalho, Josenópolis e Guaraciama, localizados no norte de Minas Gerais, que apresentaram grande redução na produção de madeira, carvão vegetal e lenha em 2013, após crescimento em 2012.

O Gráfico 2 mostra a participação relativa do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB das Grandes Regiões do País. Esse gráfico mostra uma grande concentração e uma distribuição assimétrica positiva na geração de renda, em todas as Grandes Regiões, bem como no País. Isso evidencia o fato de que poucos municípios geraram os maiores PIBs e, em contrapartida, muitos municípios eram responsáveis pelos menores PIBs, em cada Grande Região. Esses dados também podem ser observados nas Tabelas de resultados 2 e 3.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

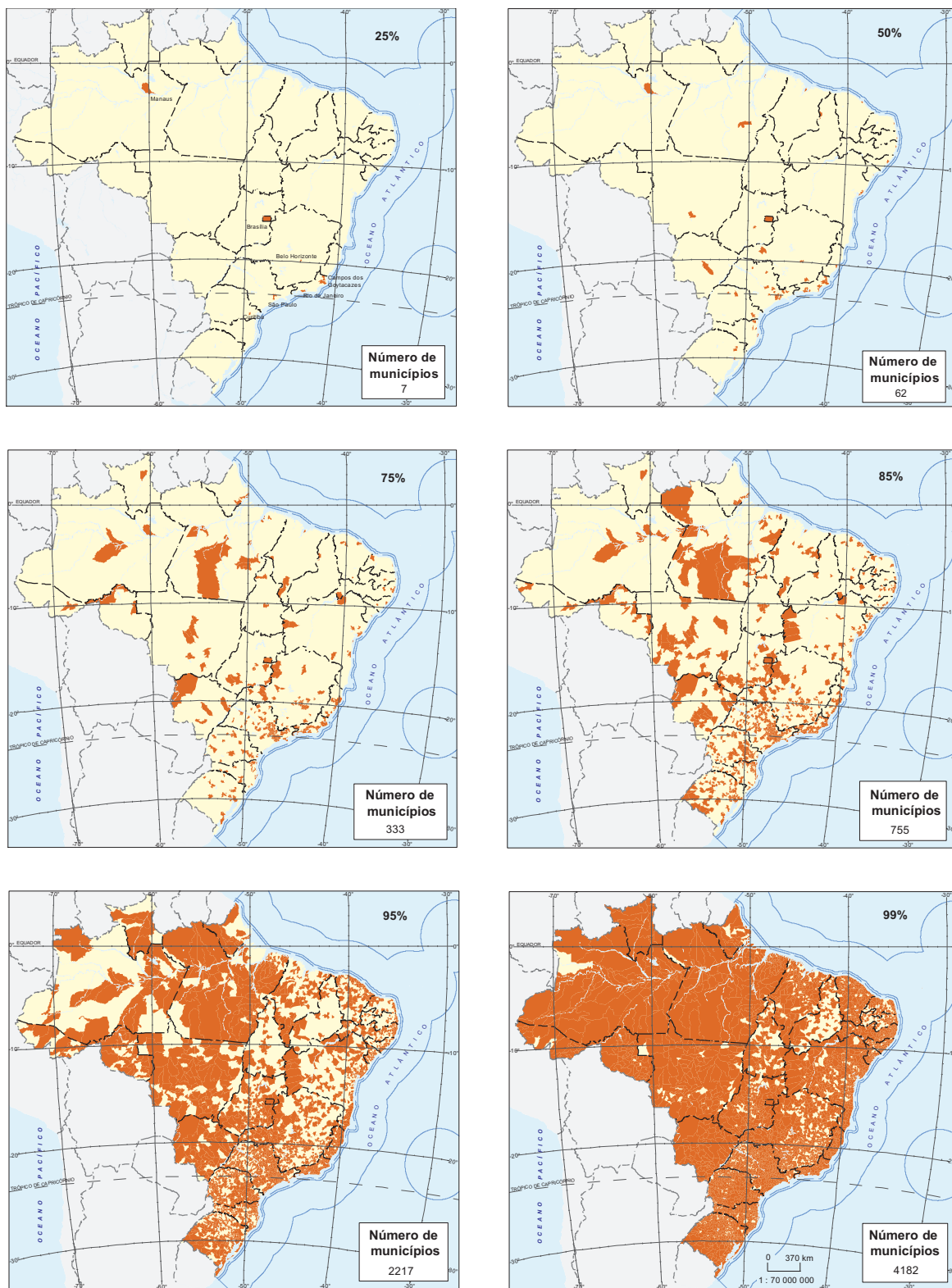
Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) População estimada para 1ª de julho, série revisada.

¹² Sendo a participação relativa no PIB de cada Grande Região ordenada de forma decrescente.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, espacialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2013

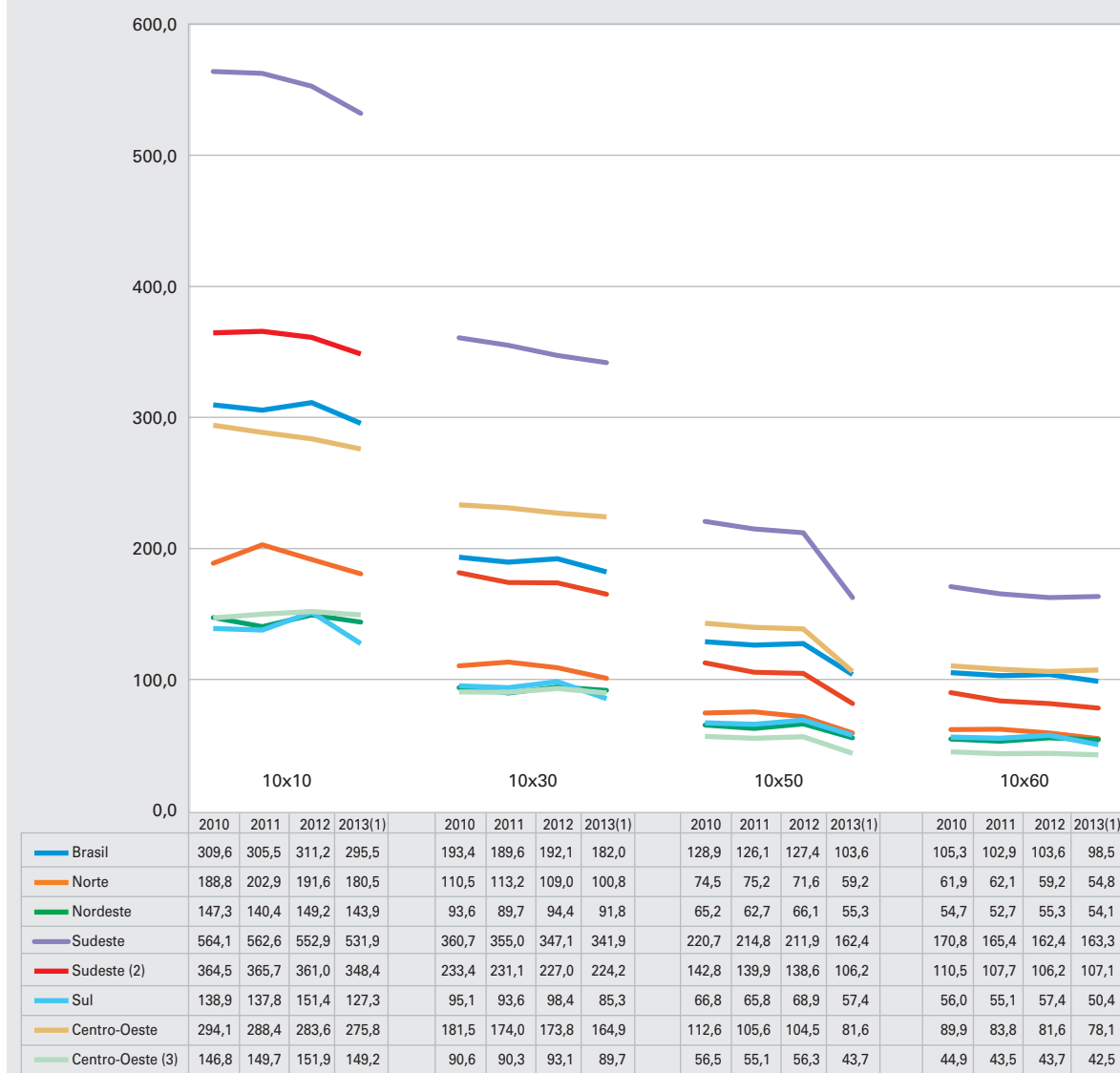


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

O Gráfico 3 apresenta o indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média de 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 3 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2010-2013



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) Exclusive os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Exclusive Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2013, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB gerou 98,5 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (DF); quando excluída, os indicadores foram reduzidos em aproximadamente 50,0%.

Participação dos cinco maiores PIBs municipais em relação à Unidade da Federação

A Tabela 5 apresenta o peso dos cinco maiores PIBs municipais na economia estadual, por Unidade da Federação, de 2010 a 2013. Pode-se observar que, nos estados das Regiões Norte e Nordeste, exceto Bahia, os cinco maiores PIBs municipais concentravam mais que 50,0% do PIB estadual. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIB municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam mais que 50,0% do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50,0%, exceto em Mato Grosso do Sul e Goiás.

Os Estados do Amapá, Amazonas e Roraima, onde os cinco maiores PIBs municipais geravam 88,3%, 86,8% e 86,1% de seus PIBs estaduais, respectivamente, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País. Em outro extremo, encontravam-se, com as menores concentrações de renda, Rio Grande do Sul (32,8%) Santa Catarina (34,0%) e Minas Gerais (34,3%).

Com relação à participação dos Municípios das Capitais na economia brasileira, em 2013, enquanto São Paulo (SP) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, Palmas (TO) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB de cada um dos Municípios das Capitais e a posição deste em relação à respectiva Unidade da Federação e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (SC) é a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda a série de 2010 a 2013 foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense, enquanto o segundo maior município em relação ao PIB catarinense, em 2013, foi Itajaí. Itajaí tem localização privilegiada para o desenvolvimento das atividades pesqueira, portuária e industrial, impulsionando o setor de Serviços. O Porto de Itajaí é responsável pela maior parte das exportações da Região Sul do Brasil.

Tabela 5 - Participação relativa acumulada do Produto Interno Bruto, do número de municípios e da população, dos cinco maiores municípios, em relação à Unidade da Federação, segundo as Unidades da Federação - 2010-2013

Unidades da Federação	Produto Interno Bruto				Participação relativa de 5 municípios no número total de municípios da Unidade da Federação 2013 (%)	Participação relativa da população dos 5 principais municípios no total da população da Unidade da Federação 2013 (%) (2)
	Participação relativa acumulada (%)					
	2010	2011	2012	2013 (1)		
Rondônia (52 municípios)	62,3	63,5	63,4	61,0	9,6	51,4
Acre (22 municípios)	79,0	78,8	78,8	76,9	22,7	69,3
Amazonas (62 municípios)	89,1	87,0	86,8	86,8	8,1	61,9
Roraima (15 municípios)	87,7	87,1	86,8	86,1	33,3	78,4
Pará (144 municípios)	52,9	54,5	52,8	50,0	3,5	29,9
Amapá (16 municípios)	88,8	88,4	88,9	88,3	31,3	85,1
Tocantins (139 municípios)	51,3	49,3	50,1	50,9	3,6	40,8
Maranhão (217 municípios)	53,2	51,7	52,5	50,4	2,3	22,3
Piauí (224 municípios)	59,6	58,9	59,2	59,8	2,2	35,8
Ceará (184 municípios)	61,7	61,4	62,4	61,7	2,7	40,7
Rio Grande do Norte (167 municípios)	62,5	61,8	61,9	62,4	3,0	45,5
Paraíba (223 municípios)	58,1	57,0	58,6	57,2	2,2	37,6
Pernambuco (185 municípios)	55,8	55,7	56,0	56,4	2,7	31,5
Alagoas (102 municípios)	61,4	61,4	60,6	61,4	4,9	42,1
Sergipe (75 municípios)	57,8	57,8	58,5	58,3	6,7	47,7
Bahia (417 municípios)	45,1	43,4	42,6	43,3	1,2	28,5
Minas Gerais (853 municípios)	37,3	34,5	34,8	34,3	0,6	22,9
Espírito Santo (78 municípios)	61,0	56,6	54,9	53,5	6,4	43,3
Rio de Janeiro (92 municípios)	65,8	64,8	64,2	64,7	5,4	51,9
São Paulo (645 municípios)	47,0	46,9	46,3	45,3	0,8	36,1
Paraná (399 municípios)	46,1	45,4	44,8	43,4	1,3	30,8
Santa Catarina (295 municípios)	35,8	35,2	34,9	34,0	1,7	25,4
Rio Grande do Sul (497 municípios)	35,2	34,7	34,5	32,8	1,0	24,6
Mato Grosso do Sul (79 municípios)	55,2	54,9	54,6	54,0	6,3	51,8
Mato Grosso (141 municípios)	45,1	42,0	41,6	41,6	3,5	39,0
Goiás (246 municípios)	52,5	52,5	51,3	50,2	2,0	39,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2013

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	570 706 192	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	282 538 827	2º	1º	2º
Brasília/DF	175 362 791	3º	1º	3º
Belo Horizonte/MG	81 426 708	4º	1º	4º
Curitiba/PR	79 383 343	5º	1º	5º
Manaus/AM	64 025 434	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	57 379 337	7º	1º	8º
Salvador/BA	52 667 933	8º	1º	10º
Fortaleza/CE	49 745 920	9º	1º	12º
Recife/PE	46 445 339	10º	1º	15º
Goiânia/GO	40 461 354	11º	1º	17º
Belém/PA	25 772 207	12º	1º	22º
São Luís/MA	23 132 344	13º	1º	28º
Vitória/ES	22 289 815	14º	1º	30º
Campo Grande/MS	20 674 988	15º	1º	33º
Natal/RN	19 992 607	16º	1º	36º
Cuiabá/MT	17 673 958	17º	1º	40º
Maceió/AL	16 385 771	18º	1º	42º
João Pessoa/PB	14 841 805	19º	1º	49º
Teresina/PI	14 803 635	20º	1º	50º
Florianópolis/SC	14 679 653	21º	3º	52º
Aracaju/SE	13 918 124	22º	1º	54º
Porto Velho/RO	11 464 619	23º	1º	66º
Macapá/AP	8 247 833	24º	1º	96º
Rio Branco/AC	6 767 743	25º	1º	121º
Boa Vista/RR	6 693 993	26º	1º	123º
Palmas/TO	5 824 406	27º	1º	145º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Concentração econômica dos Municípios das Capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Esses resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma Grande Região.

No Quadro 1, observa-se que os movimentos entre os Municípios das Capitais foram sempre suaves em toda a série. Em relação a 2012, houve ganho de posição de São Luís (MA) em relação a Vitória (ES), além de João Pessoa (PB) e Teresina (PI) em relação a Florianópolis (SC).

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2013

2010		2011		2012		2013 (1)	
São Paulo/SP	11,5	São Paulo/SP	11,3	São Paulo/SP	11,1	São Paulo/SP	10,7
Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,2	Rio de Janeiro/RJ	5,2	Rio de Janeiro/RJ	5,3
Brasília/DF	3,7	Brasília/DF	3,5	Brasília/DF	3,4	Brasília/DF	3,3
Belo Horizonte/MG	1,5	Belo Horizonte/MG	1,5	Belo Horizonte/MG	1,5	Belo Horizonte/MG	1,5
Curitiba/PR	1,5	Curitiba/PR	1,5	Curitiba/PR	1,5	Curitiba/PR	1,5
Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,2
Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1
Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0
Fortaleza/CE	1,0	Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	0,9
Recife/PE	0,9	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,9	Recife/PE	0,9
Goiânia/GO	0,8	Goiânia/GO	0,8	Goiânia/GO	0,8	Goiânia/GO	0,8
Vitória/ES	0,5	Vitória/ES	0,6	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5
Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Vitória/ES	0,5	São Luís/MA	0,4
São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	São Luís/MA	0,5	Vitória/ES	0,4
Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4
Natal/RN	0,4	Natal/RN	0,4	Natal/RN	0,4	Natal/RN	0,4
Cuiabá/MT	0,3	Maceió/AL	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Cuiabá/MT	0,3
Maceió/AL	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3
Florianópolis/SC	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Florianópolis/SC	0,3	João Pessoa/PB	0,3
João Pessoa/PB	0,3	Teresina/PI	0,3	João Pessoa/PB	0,3	Teresina/PI	0,3
Teresina/PI	0,3	João Pessoa/PB	0,3	Teresina/PI	0,3	Florianópolis/SC	0,3
Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,3	Aracaju/SE	0,3	Aracaju/SE	0,3
Porto Velho/RO	0,2	Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,2	Porto Velho/RO	0,2
Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,1	Macapá/AP	0,2	Macapá/AP	0,2
Rio Branco/AC	0,1	Boa Vista/RR	0,1	Rio Branco/AC	0,1	Rio Branco/AC	0,1
Boa Vista/RR	0,1	Rio Branco/AC	0,1	Boa Vista/RR	0,1	Boa Vista/RR	0,1
Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1	Palmas/TO	0,1

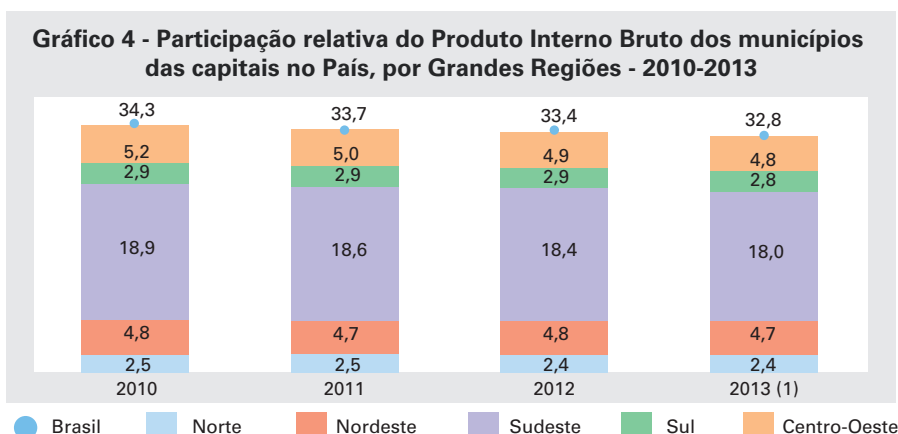
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Em 2013, a participação relativa dos Municípios das Capitais na composição do PIB nacional foi a menor, 32,8%. Em 2010, eles participavam com 34,3%; 33,7%, em 2011; e 33,4%, em 2012. O Gráfico 4 mostra os resultados para cada ano, segundo as Grandes Regiões, e mostra que a tendência de queda na participação econômica dos Municípios das Capitais em relação à economia do País ocorreu principalmente em função da Região Sudeste, especificamente de São Paulo (SP).

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído para a economia estadual, em 2013, com 6,9%. O Amazonas, por sua vez, era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com 76,9% para o PIB do estado.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

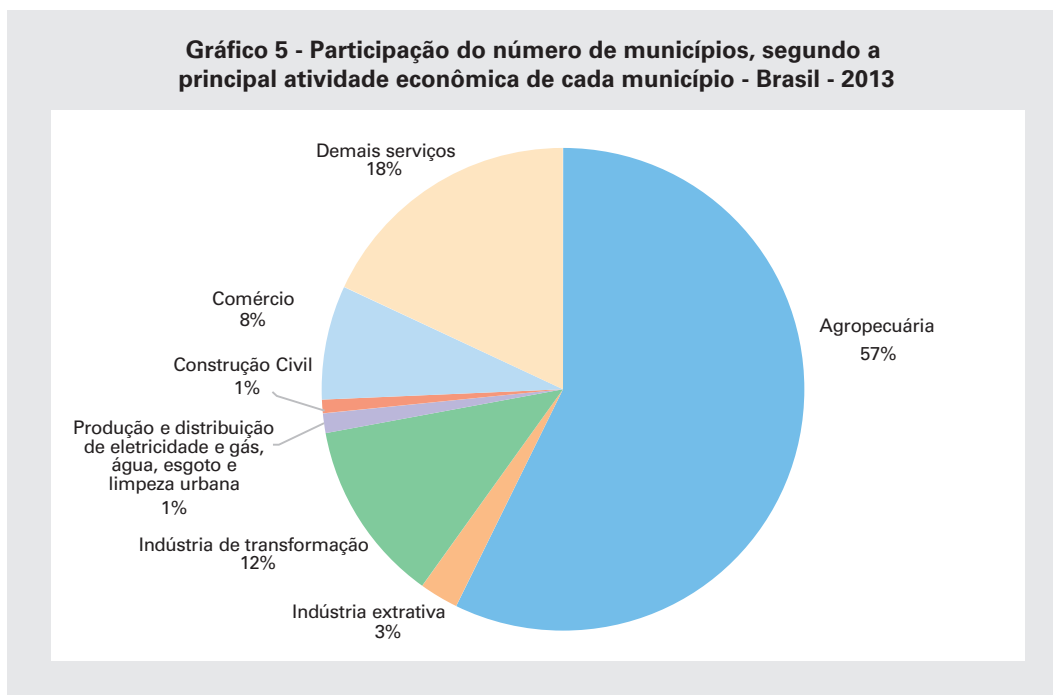
Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2010-2013

2010		2011		2012		2013 (1)	
Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0
Manaus/AM	82,5	Manaus/AM	78,4	Manaus/AM	76,8	Manaus/AM	76,9
Boa Vista/RR	77,1	Boa Vista/RR	75,8	Boa Vista/RR	75,7	Boa Vista/RR	74,2
Macapá/AP	66,4	Macapá/AP	65,6	Macapá/AP	66,7	Macapá/AP	64,6
Rio Branco/AC	61,4	Rio Branco/AC	61,5	Rio Branco/AC	61,8	Rio Branco/AC	59,2
Teresina/PI	47,7	Teresina/PI	47,0	Fortaleza/CE	47,2	Teresina/PI	47,4
Fortaleza/CE	46,9	Fortaleza/CE	45,8	Teresina/PI	46,6	Fortaleza/CE	45,7
Rio de Janeiro/RJ	46,2	Rio de Janeiro/RJ	44,6	Rio de Janeiro/RJ	43,9	Rio de Janeiro/RJ	45,1
Maceió/AL	45,2	Maceió/AL	44,2	Maceió/AL	43,7	Maceió/AL	44,0
São Luís/MA	39,4	Porto Velho/RO	40,3	Porto Velho/RO	39,5	Aracaju/SE	39,5
Natal/RN	39,0	São Luís/MA	38,3	Aracaju/SE	38,2	Natal/RN	38,9
Porto Velho/RO	37,9	Natal/RN	37,9	Natal/RN	38,1	Porto Velho/RO	36,9
Aracaju/SE	36,6	Aracaju/SE	37,3	São Luís/MA	37,5	São Luís/MA	34,2
São Paulo/SP	34,5	São Paulo/SP	34,6	São Paulo/SP	34,3	São Paulo/SP	33,4
Recife/PE	34,2	Recife/PE	33,7	Recife/PE	33,2	Recife/PE	33,0
João Pessoa/PB	32,4	Campo Grande/MS	32,0	João Pessoa/PB	32,6	João Pessoa/PB	32,0
Campo Grande/MS	32,0	João Pessoa/PB	31,4	Campo Grande/MS	30,9	Campo Grande/MS	29,9
Goiânia/GO	27,4	Goiânia/GO	27,7	Goiânia/GO	27,3	Goiânia/GO	26,8
Salvador/BA	26,1	Salvador/BA	26,3	Salvador/BA	25,9	Salvador/BA	25,8
Curitiba/PR	25,8	Curitiba/PR	25,5	Curitiba/PR	24,4	Palmas/TO	24,5
Vitória/ES	25,0	Palmas/TO	23,7	Palmas/TO	23,5	Curitiba/PR	23,9
Palmas/TO	25,0	Vitória/ES	23,1	Belém/PA	23,0	Belém/PA	21,3
Belém/PA	22,5	Belém/PA	21,5	Vitória/ES	20,8	Cuiabá/MT	19,8
Cuiabá/MT	22,3	Cuiabá/MT	19,6	Cuiabá/MT	20,3	Vitória/ES	19,0
Porto Alegre/RS	17,7	Porto Alegre/RS	18,2	Porto Alegre/RS	18,8	Porto Alegre/RS	17,3
Belo Horizonte/MG	16,9	Belo Horizonte/MG	16,5	Belo Horizonte/MG	16,8	Belo Horizonte/MG	16,7
Florianópolis/SC	7,3	Florianópolis/SC	7,3	Florianópolis/SC	7,2	Florianópolis/SC	6,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

O Gráfico 5 mostra a distribuição do número de municípios segundo a principal atividade econômica em 2013, excluindo a atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social de todos municípios. Nota-se que mais da metade dos municípios tinha a Agropecuária como principal atividade econômica (57,0%), seguida de Serviços (26,0%) e Indústria (17,0%).

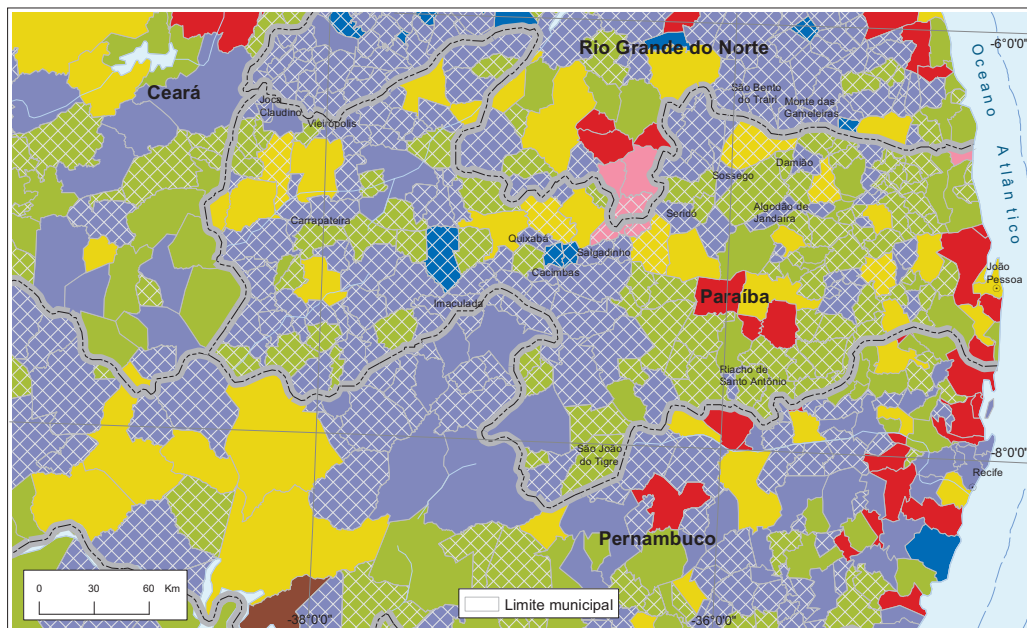
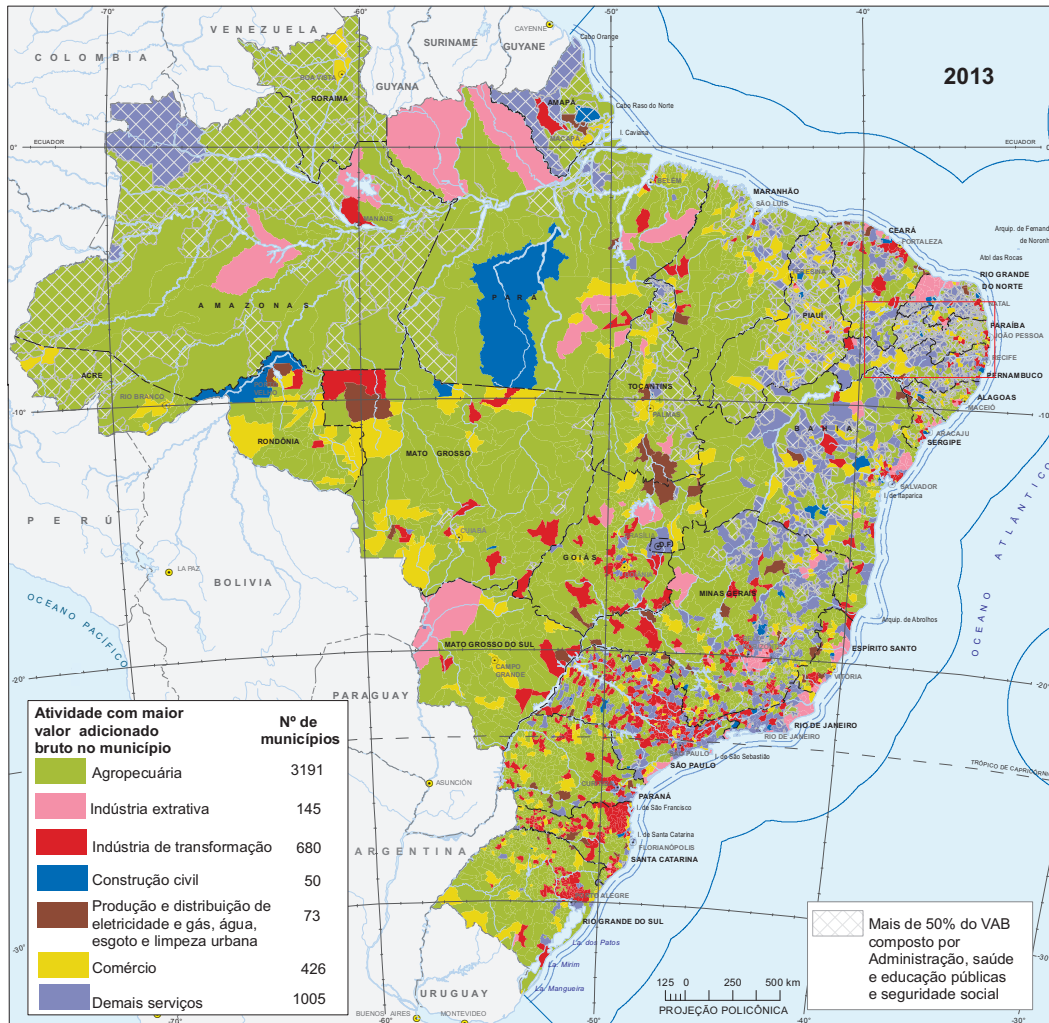


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 3 apresenta a atividade econômica com maior valor adicionado bruto no município em 2013, excluindo aquelas relacionadas às administrações públicas.

Cartograma 3 - Atividade com maior valor adicionado bruto no município - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	570 706 192	10,73	10,73
Rio de Janeiro/RJ	2º	282 538 827	5,31	16,05
Brasília/DF	3º	175 362 791	3,30	19,35
Belo Horizonte/MG	4º	81 426 708	1,53	20,88
Curitiba/PR	5º	79 383 343	1,49	22,37
Manaus/AM	6º	64 025 434	1,20	23,58
Campos dos Goytacazes/RJ	7º	58 249 456	1,10	24,67
Porto Alegre/RS	8º	57 379 337	1,08	25,75
Osasco/SP	9º	55 515 707	1,04	26,80
Salvador/BA	10º	52 667 933	0,99	27,79
Campinas/SP	11º	51 347 711	0,97	28,75
Fortaleza/CE	12º	49 745 920	0,94	29,69
Guarulhos/SP	13º	49 392 842	0,93	30,62
São Bernardo do Campo/SP	14º	47 668 531	0,90	31,51
Recife/PE	15º	46 445 339	0,87	32,39
Barueri/SP	16º	44 118 662	0,83	33,22
Goiânia/GO	17º	40 461 354	0,76	33,98
Jundiaí/SP	18º	36 622 896	0,69	34,67
São José dos Campos/SP	19º	27 401 017	0,52	35,18
Sorocaba/SP	20º	26 908 887	0,51	35,69
Uberlândia/MG	21º	25 774 947	0,48	36,17
Belém/PA	22º	25 772 207	0,48	36,66
São José dos Pinhais/PR	23º	25 238 577	0,47	37,13
Duque de Caxias/RJ	24º	25 107 930	0,47	37,61
Santo André/SP	25º	25 027 925	0,47	38,08
Contagem/MG	26º	24 239 490	0,46	38,53
Ribeirão Preto/SP	27º	23 510 302	0,44	38,97
São Luís/MA	28º	23 132 344	0,44	39,41
Betim/MG	29º	22 493 661	0,42	39,83
Vitória/ES	30º	22 289 815	0,42	40,25
Joinville/SC	31º	21 979 954	0,41	40,67
Caxias do Sul/RS	32º	21 349 578	0,40	41,07
Campo Grande/MS	33º	20 674 988	0,39	41,46
Piracicaba/SP	34º	20 273 704	0,38	41,84
Parauapebas/PA	35º	20 263 415	0,38	42,22
Natal/RN	36º	19 992 607	0,38	42,59
Niterói/RJ	37º	19 908 508	0,37	42,97
Santos/SP	38º	19 265 873	0,36	43,33
Macaé/RJ	39º	19 181 481	0,36	43,69
Cuiabá/MT	40º	17 673 958	0,33	44,02
Cabo Frio/RJ	41º	16 877 141	0,32	44,34
Maceió/AL	42º	16 385 771	0,31	44,65
Londrina/PR	43º	15 930 758	0,30	44,95
Serra/ES	44º	15 439 727	0,29	45,24
Itajaí/SC	45º	15 375 830	0,29	45,53
São Caetano do Sul/SP	46º	15 306 267	0,29	45,82
Taubaté/SP	47º	14 988 466	0,28	46,10
Rio das Ostras/RJ	48º	14 883 443	0,28	46,38
João Pessoa/PB	49º	14 841 805	0,28	46,66
Teresina/PI	50º	14 803 635	0,28	46,94

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Camaçari/BA	51º	14 702 441	0,28	47,21
Florianópolis/SC	52º	14 679 653	0,28	47,49
São Gonçalo/RJ	53º	14 064 389	0,26	47,75
Aracaju/SE	54º	13 918 124	0,26	48,02
Maringá/PR	55º	13 733 657	0,26	48,27
Diadema/SP	56º	13 428 069	0,25	48,53
Juiz de Fora/MG	57º	13 279 245	0,25	48,78
Nova Iguaçu/RJ	58º	13 261 453	0,25	49,03
São José do Rio Preto/SP	59º	13 259 377	0,25	49,27
Mogi das Cruzes/SP	60º	12 917 527	0,24	49,52
Blumenau/SC	61º	12 893 271	0,24	49,76
Paulínia/SP	62º	12 153 539	0,23	49,99
Anápolis/GO	63º	12 041 451	0,23	50,22
Jaboatão dos Guararapes/PE	64º	11 952 021	0,22	50,44
Louveira/SP	65º	11 598 657	0,22	50,66
Porto Velho/RO	66º	11 464 619	0,22	50,87
Canoas/RS	67º	11 451 934	0,22	51,09
Sumaré/SP	68º	11 327 493	0,21	51,30
Uberaba/MG	69º	10 882 907	0,20	51,51
Feira de Santana/BA	70º	10 840 566	0,20	51,71
Bauru/SP	71º	10 491 175	0,20	51,91
Volta Redonda/RJ	72º	10 392 909	0,20	52,10
Limeira/SP	73º	10 392 186	0,20	52,30
Indaiatuba/SP	74º	10 303 802	0,19	52,49
Ponta Grossa/PR	75º	10 280 846	0,19	52,69
Mauá/SP	76º	10 220 780	0,19	52,88
Gravatá/RS	77º	10 197 232	0,19	53,07
Vila Velha/ES	78º	10 047 416	0,19	53,26
Aparecida de Goiânia/GO	79º	9 899 254	0,19	53,45
Americana/SP	80º	9 890 709	0,19	53,63
Cotia/SP	81º	9 883 959	0,19	53,82
Foz do Iguaçu/PR	82º	9 877 010	0,19	54,00
Nova Lima/MG	83º	9 551 744	0,18	54,18
Petrópolis/RJ	84º	9 459 036	0,18	54,36
Ipatinga/MG	85º	9 334 154	0,18	54,54
Hortolândia/SP	86º	9 202 710	0,17	54,71
Suzano/SP	87º	8 998 633	0,17	54,88
Resende/RJ	88º	8 983 880	0,17	55,05
São Carlos/SP	89º	8 903 088	0,17	55,22
Cajamar/SP	90º	8 728 427	0,16	55,38
Marília/SP	91º	8 514 175	0,16	55,54
Itapevi/SP	92º	8 506 280	0,16	55,70
Ipojuca/PE	93º	8 411 558	0,16	55,86
Cascavel/PR	94º	8 403 195	0,16	56,02
Jacareí/SP	95º	8 290 851	0,16	56,17
Macapá/AP	96º	8 247 833	0,16	56,33
Rio Grande/RS	97º	8 155 095	0,15	56,48
Sete Lagoas/MG	98º	8 144 167	0,15	56,63
Embu das Artes/SP	99º	8 106 457	0,15	56,79
Presidente Kennedy/ES	100º	7 960 106	0,15	56,94

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
Manaus/AM	1º	64 025 434	21,90	21,90
Belém/PA	2º	25 772 207	8,82	30,72
Parauapebas/PA	3º	20 263 415	6,93	37,65
Porto Velho/RO	4º	11 464 619	3,92	41,57
Macapá/AP	5º	8 247 833	2,82	44,39
Rio Branco/AC	6º	6 767 743	2,32	46,71
Boa Vista/RR	7º	6 693 993	2,29	49,00
Palmas/TO	8º	5 824 406	1,99	50,99
Ananindeua/PA	9º	5 478 768	1,87	52,86
Marabá/PA	10º	5 210 748	1,78	54,64
Coari/AM	11º	4 552 464	1,56	56,20
Canaã dos Carajás/PA	12º	3 694 956	1,26	57,47
Tucuruí/PA	13º	3 618 756	1,24	58,70
Santarém/PA	14º	3 332 539	1,14	59,84
Altamira/PA	15º	3 067 323	1,05	60,89
Barcarena/PA	16º	2 932 266	1,00	61,90
Araguaína/TO	17º	2 878 033	0,98	62,88
Castanhal/PA	18º	2 747 753	0,94	63,82
Ji-Paraná/RO	19º	2 322 850	0,79	64,61
Vilhena/RO	20º	1 974 911	0,68	65,29
Santana/AP	21º	1 833 141	0,63	65,92
Paragominas/PA	22º	1 820 117	0,62	66,54
Ariquemes/RO	23º	1 778 919	0,61	67,15
Gurupi/TO	24º	1 646 912	0,56	67,71
Oriximiná/PA	25º	1 570 917	0,54	68,25
Itacoatiara/AM	26º	1 445 182	0,49	68,74
Cacoal/RO	27º	1 415 053	0,48	69,23
Ulianópolis/PA	28º	1 346 759	0,46	69,69
Manacapuru/AM	29º	1 229 982	0,42	70,11
Marituba/PA	30º	1 152 026	0,39	70,50

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Salvador/BA	1º	52 667 933	7,29	7,29
Fortaleza/CE	2º	49 745 920	6,88	14,17
Recife/PE	3º	46 445 339	6,43	20,59
São Luís/MA	4º	23 132 344	3,20	23,79
Natal/RN	5º	19 992 607	2,77	26,56
Maceió/AL	6º	16 385 771	2,27	28,83
João Pessoa/PB	7º	14 841 805	2,05	30,88
Teresina/PI	8º	14 803 635	2,05	32,93
Camaçari/BA	9º	14 702 441	2,03	34,96
Aracaju/SE	10º	13 918 124	1,93	36,89
Jaboatão dos Guararapes/PE	11º	11 952 021	1,65	38,54
Feira de Santana/BA	12º	10 840 566	1,50	40,04
Ipojuca/PE	13º	8 411 558	1,16	41,21
Cabo de Santo Agostinho/PE	14º	7 361 611	1,02	42,22
Campina Grande/PB	15º	6 538 929	0,90	43,13
Mossoró/RN	16º	6 538 346	0,90	44,03
Maracanaú/CE	17º	6 259 288	0,87	44,90
Lauro de Freitas/BA	18º	5 321 274	0,74	45,64
Caruaru/PE	19º	5 239 833	0,72	46,36
Imperatriz/MA	20º	5 039 597	0,70	47,06
Vitória da Conquista/BA	21º	4 935 906	0,68	47,74
Petrolina/PE	22º	4 905 327	0,68	48,42
Olinda/PE	23º	4 816 491	0,67	49,09
Caucaia/CE	24º	4 557 457	0,63	49,72
Simões Filho/BA	25º	4 005 298	0,55	50,27
Paulista/PE	26º	3 701 200	0,51	50,78
Itabuna/BA	27º	3 416 862	0,47	51,26
Sobral/CE	28º	3 387 605	0,47	51,72
Luís Eduardo Magalhães/BA	29º	3 365 012	0,47	52,19
Parnamirim/RN	30º	3 329 756	0,46	52,65

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
São Paulo/SP	1º	570 706 192	19,42	19,42
Rio de Janeiro/RJ	2º	282 538 827	9,61	29,04
Belo Horizonte/MG	3º	81 426 708	2,77	31,81
Campos dos Goytacazes/RJ	4º	58 249 456	1,98	33,79
Osasco/SP	5º	55 515 707	1,89	35,68
Campinas/SP	6º	51 347 711	1,75	37,43
Guarulhos/SP	7º	49 392 842	1,68	39,11
São Bernardo do Campo/SP	8º	47 668 531	1,62	40,73
Barueri/SP	9º	44 118 662	1,50	42,23
Jundiaí/SP	10º	36 622 896	1,25	43,48
São José dos Campos/SP	11º	27 401 017	0,93	44,41
Sorocaba/SP	12º	26 908 887	0,92	45,33
Uberlândia/MG	13º	25 774 947	0,88	46,20
Duque de Caxias/RJ	14º	25 107 930	0,85	47,06
Santo André/SP	15º	25 027 925	0,85	47,91
Contagem/MG	16º	24 239 490	0,82	48,73
Ribeirão Preto/SP	17º	23 510 302	0,80	49,53
Betim/MG	18º	22 493 661	0,77	50,30
Vitória/ES	19º	22 289 815	0,76	51,06
Piracicaba/SP	20º	20 273 704	0,69	51,75
Niterói/RJ	21º	19 908 508	0,68	52,42
Santos/SP	22º	19 265 873	0,66	53,08
Macaé/RJ	23º	19 181 481	0,65	53,73
Cabo Frio/RJ	24º	16 877 141	0,57	54,31
Serra/ES	25º	15 439 727	0,53	54,83
São Caetano do Sul/SP	26º	15 306 267	0,52	55,35
Taubaté/SP	27º	14 988 466	0,51	55,86
Rio das Ostras/RJ	28º	14 883 443	0,51	56,37
São Gonçalo/RJ	29º	14 064 389	0,48	56,85
Diadema/SP	30º	13 428 069	0,46	57,31

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Curitiba/PR	1º	79 383 343	9,04	9,04
Porto Alegre/RS	2º	57 379 337	6,53	15,57
São José dos Pinhais/PR	3º	25 238 577	2,87	18,45
Joinville/SC	4º	21 979 954	2,50	20,95
Caxias do Sul/RS	5º	21 349 578	2,43	23,38
Londrina/PR	6º	15 930 758	1,81	25,20
Itajaí/SC	7º	15 375 830	1,75	26,95
Florianópolis/SC	8º	14 679 653	1,67	28,62
Maringá/PR	9º	13 733 657	1,56	30,18
Blumenau/SC	10º	12 893 271	1,47	31,65
Canoas/RS	11º	11 451 934	1,30	32,96
Ponta Grossa/PR	12º	10 280 846	1,17	34,13
Gravataí/RS	13º	10 197 232	1,16	35,29
Foz do Iguaçu/PR	14º	9 877 010	1,12	36,41
Cascavel/PR	15º	8 403 195	0,96	37,37
Rio Grande/RS	16º	8 155 095	0,93	38,30
Jaraguá do Sul/SC	17º	7 846 725	0,89	39,19
São José/SC	18º	7 683 346	0,87	40,07
Araucária/PR	19º	7 360 425	0,84	40,90
Passo Fundo/RS	20º	7 180 165	0,82	41,72
Novo Hamburgo/RS	21º	7 021 001	0,80	42,52
Santa Cruz do Sul/RS	22º	6 674 792	0,76	43,28
Chapecó/SC	23º	6 621 742	0,75	44,04
Paranaguá/PR	24º	6 160 076	0,70	44,74
Pelotas/RS	25º	5 920 548	0,67	45,41
Triunfo/RS	26º	5 900 492	0,67	46,08
São Leopoldo/RS	27º	5 854 218	0,67	46,75
Santa Maria/RS	28º	5 701 470	0,65	47,40
Cachoeirinha/RS	29º	5 648 490	0,64	48,04
Criciúma/SC	30º	5 569 298	0,63	48,68

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Brasília/DF	1º	175 362 791	36,19	36,19
Goiânia/GO	2º	40 461 354	8,35	44,54
Campo Grande/MS	3º	20 674 988	4,27	48,80
Cuiabá/MT	4º	17 673 958	3,65	52,45
Anápolis/GO	5º	12 041 451	2,48	54,93
Aparecida de Goiânia/GO	6º	9 899 254	2,04	56,98
Rio Verde/GO	7º	7 199 949	1,49	58,46
Rondonópolis/MT	8º	6 801 933	1,40	59,87
Três Lagoas/MS	9º	6 494 853	1,34	61,21
Catalão/GO	10º	6 190 622	1,28	62,48
Dourados/MS	11º	5 583 504	1,15	63,64
Várzea Grande/MT	12º	5 362 823	1,11	64,74
Itumbiara/GO	13º	3 686 400	0,76	65,50
Sorriso/MT	14º	3 657 803	0,75	66,26
Sinop/MT	15º	3 611 143	0,75	67,00
Jataí/GO	16º	3 270 318	0,67	67,68
Luziânia/GO	17º	3 138 352	0,65	68,32
Corumbá/MS	18º	2 782 780	0,57	68,90
Primavera do Leste/MT	19º	2 602 384	0,54	69,44
Lucas do Rio Verde/MT	20º	2 416 420	0,50	69,93
Senador Canedo/GO	21º	2 324 055	0,48	70,41
Nova Mutum/MT	22º	2 167 526	0,45	70,86
Tangará da Serra/MT	23º	2 049 467	0,42	71,28
Campo Novo do Parecis/MT	24º	1 916 169	0,40	71,68
Ponta Porã/MS	25º	1 776 263	0,37	72,05
Maracaju/MS	26º	1 771 433	0,37	72,41
Cristalina/GO	27º	1 763 674	0,36	72,78
Mineiros/GO	28º	1 750 207	0,36	73,14
Valparaíso de Goiás/GO	29º	1 706 383	0,35	73,49
Caldas Novas/GO	30º	1 689 608	0,35	73,84

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
São Félix do Tocantins/TO	1º	14 073	0,00	0,00
Rio da Conceição/TO	2º	15 274	0,01	0,01
Chapada de Areia/TO	3º	15 386	0,01	0,02
Oliveira de Fátima/TO	4º	17 259	0,01	0,02
Taipas do Tocantins/TO	5º	17 366	0,01	0,03
Cachoeirinha/TO	6º	17 892	0,01	0,03
Juarina/TO	7º	20 044	0,01	0,04
Centenário/TO	8º	20 308	0,01	0,05
Novo Alegre/TO	9º	21 015	0,01	0,05
Tupiratins/TO	10º	21 863	0,01	0,06
Santa Tereza do Tocantins/TO	11º	22 292	0,01	0,07
Porto Alegre do Tocantins/TO	12º	22 548	0,01	0,08
Santa Terezinha do Tocantins/TO	13º	22 647	0,01	0,08
Monte Santo do Tocantins/TO	14º	24 636	0,01	0,09
Maurilândia do Tocantins/TO	15º	24 738	0,01	0,10
Lizarda/TO	16º	24 963	0,01	0,11
Crixás do Tocantins/TO	17º	25 288	0,01	0,12
São Salvador do Tocantins/TO	18º	25 810	0,01	0,13
Novo Jardim/TO	19º	26 103	0,01	0,14
Abreulândia/TO	20º	26 577	0,01	0,15
Rio dos Bois/TO	21º	27 137	0,01	0,16
Sampaio/TO	22º	27 408	0,01	0,16
Ipueiras/TO	23º	27 480	0,01	0,17
Carrasco Bonito/TO	24º	27 483	0,01	0,18
Lagoa do Tocantins/TO	25º	28 520	0,01	0,19
Angico/TO	26º	28 908	0,01	0,20
São João da Ponta/PA	27º	29 879	0,01	0,21
Carmolândia/TO	28º	30 223	0,01	0,22
Nova Rosalândia/TO	29º	30 318	0,01	0,23
Recursolândia/TO	30º	30 567	0,01	0,24

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Miguel Leão/PI	1º	9 678	0,00	0,00
Santo Antônio dos Milagres/PI	2º	10 361	0,00	0,00
São Luis do Piauí/PI	3º	11 877	0,00	0,00
Aroeiras do Itaim/PI	4º	12 284	0,00	0,01
Viçosa/RN	5º	12 316	0,00	0,01
Lagoinha do Piauí/PI	6º	12 487	0,00	0,01
Coxixola/PB	7º	12 882	0,00	0,01
Olho D'Água do Piauí/PI	8º	13 047	0,00	0,01
São Miguel da Baixa Grande/PI	9º	13 253	0,00	0,01
Zabelê/PB	10º	13 262	0,00	0,02
Francisco Macedo/PI	11º	13 451	0,00	0,02
São José do Brejo do Cruz/PB	12º	13 634	0,00	0,02
Parari/PB	13º	13 862	0,00	0,02
Tamboril do Piauí/PI	14º	14 196	0,00	0,02
Quixabá/PB	15º	14 204	0,00	0,03
Areia de Baraúnas/PB	16º	14 507	0,00	0,03
Floresta do Piauí/PI	17º	14 520	0,00	0,03
Pedro Laurentino/PI	18º	14 556	0,00	0,03
João Costa/PI	19º	14 952	0,00	0,03
São Miguel do Fidalgo/PI	20º	15 142	0,00	0,04
Riacho de Santo Antônio/PB	21º	15 662	0,00	0,04
Prata do Piauí/PI	22º	15 879	0,00	0,04
Vera Mendes/PI	23º	16 122	0,00	0,04
Amparo/PB	24º	16 228	0,00	0,05
São Domingos do Cariri/PB	25º	16 508	0,00	0,05
Tanque do Piauí/PI	26º	16 520	0,00	0,05
Mato Grosso/PB	27º	16 599	0,00	0,05
Novo Santo Antônio/PI	28º	16 656	0,00	0,05
São Félix do Piauí/PI	29º	16 714	0,00	0,06
Curral Velho/PB	30º	16 770	0,00	0,06

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
Serra da Saudade/MG	1º	14 220	0,00	0,00
Cedro do Abaeté/MG	2º	14 251	0,00	0,00
Passabém/MG	3º	15 717	0,00	0,00
Paiva/MG	4º	16 006	0,00	0,00
São Sebastião do Rio Preto/MG	5º	16 370	0,00	0,00
Senador Cortes/MG	6º	16 582	0,00	0,00
Olaria/MG	7º	16 710	0,00	0,00
Antônio Prado de Minas/MG	8º	17 131	0,00	0,00
Aracitaba/MG	9º	17 648	0,00	0,00
Itambé do Mato Dentro/MG	10º	18 048	0,00	0,01
Santa Salete/SP	11º	18 768	0,00	0,01
Pedro Teixeira/MG	12º	18 886	0,00	0,01
Consolação/MG	13º	18 958	0,00	0,01
Queluzito/MG	14º	19 719	0,00	0,01
Taquaral/SP	15º	19 922	0,00	0,01
Silveirânia/MG	16º	20 221	0,00	0,01
São Sebastião do Rio Verde/MG	17º	20 282	0,00	0,01
Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	18º	20 286	0,00	0,01
Presidente Kubitschek/MG	19º	20 430	0,00	0,01
Aspásia/SP	20º	20 498	0,00	0,01
Uru/SP	21º	21 037	0,00	0,01
Senador José Bento/MG	22º	21 178	0,00	0,01
Glaukilândia/MG	23º	21 373	0,00	0,01
Vitória Brasil/SP	24º	21 714	0,00	0,02
Pracinha/SP	25º	21 841	0,00	0,02
Paulistânia/SP	26º	22 062	0,00	0,02
Grupiara/MG	27º	22 286	0,00	0,02
Frei Lagonegro/MG	28º	22 379	0,00	0,02
Oliveira Fortes/MG	29º	22 417	0,00	0,02
Wenceslau Braz/MG	30º	22 429	0,00	0,02

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Benjamin Constant do Sul/RS	1º	23 644	0,00	0,00
Flor do Sertão/SC	2º	25 492	0,00	0,01
São Miguel da Boa Vista/SC	3º	27 246	0,00	0,01
Jardim Olinda/PR	4º	28 189	0,00	0,01
Miraselva/PR	5º	28 281	0,00	0,02
Coqueiro Baixo/RS	6º	28 658	0,00	0,02
Tigrinhos/SC	7º	29 021	0,00	0,02
Porto Vera Cruz/RS	8º	29 391	0,00	0,03
Carlos Gomes/RS	9º	29 435	0,00	0,03
Dezesseis de Novembro/RS	10º	29 475	0,00	0,03
Esperança Nova/PR	11º	29 485	0,00	0,04
Nova Aliança do Ivaí/PR	12º	30 296	0,00	0,04
Barra Bonita/SC	13º	30 437	0,00	0,04
São Manoel do Paraná/PR	14º	30 514	0,00	0,05
Santa Tereza/RS	15º	31 201	0,00	0,05
Matos Costa/SC	16º	32 307	0,00	0,05
Coronel Pilar/RS	17º	32 533	0,00	0,06
Pinto Bandeira/RS	18º	32 747	0,00	0,06
Barra do Guarita/RS	19º	34 294	0,00	0,06
Cunhataí/SC	20º	34 404	0,00	0,07
Major Gercino/SC	21º	34 823	0,00	0,07
Mampituba/RS	22º	35 108	0,00	0,08
Sério/RS	23º	35 208	0,00	0,08
Santo Antônio do Caiuá/PR	24º	35 378	0,00	0,08
Santa Inês/PR	25º	35 828	0,00	0,09
Pinhal de São Bento/PR	26º	36 099	0,00	0,09
Canudos do Vale/RS	27º	36 129	0,00	0,10
Presidente Castello Branco/SC	28º	36 410	0,00	0,10
Forquetinha/RS	29º	36 902	0,00	0,10
Barra do Rio Azul/RS	30º	37 313	0,00	0,11

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais, relativa e acumulada, dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Araguainha/MT	1º	13 940	0,00	0,00
Anhanguera/GO	2º	14 139	0,00	0,01
Serra Nova Dourada/MT	3º	18 081	0,00	0,01
Cachoeira de Goiás/GO	4º	19 759	0,00	0,01
Luciara/MT	5º	19 957	0,00	0,02
Teresina de Goiás/GO	6º	21 147	0,00	0,02
Ponte Branca/MT	7º	21 836	0,00	0,03
Buritinópolis/GO	8º	22 570	0,00	0,03
Jesópolis/GO	9º	22 581	0,00	0,04
Novo Santo Antônio/MT	10º	22 974	0,00	0,04
Guaraíta/GO	11º	24 097	0,00	0,05
Damianópolis/GO	12º	24 414	0,01	0,05
Palmelo/GO	13º	25 770	0,01	0,06
Guarinos/GO	14º	26 079	0,01	0,06
Adelândia/GO	15º	26 456	0,01	0,07
Morro Agudo de Goiás/GO	16º	27 006	0,01	0,07
Nova América/GO	17º	27 143	0,01	0,08
Moiporá/GO	18º	27 711	0,01	0,08
Nova Iguaçu de Goiás/GO	19º	28 730	0,01	0,09
Lagoa Santa/GO	20º	29 430	0,01	0,10
São Patrício/GO	21º	30 063	0,01	0,10
Buriti de Goiás/GO	22º	30 771	0,01	0,11
São José do Povo/MT	23º	31 344	0,01	0,11
Aloândia/GO	24º	31 562	0,01	0,12
São João da Paraúna/GO	25º	31 576	0,01	0,13
Jaupaci/GO	26º	32 056	0,01	0,13
Nova Aurora/GO	27º	32 475	0,01	0,14
Trombas/GO	28º	33 050	0,01	0,15
Indiavaí/MT	29º	33 150	0,01	0,15
Nova Roma/GO	30º	33 235	0,01	0,16

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal; Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em: <http://www.cepal.org/deype/noticias/noticias/3/26983/actualizacionscn93_aeg.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

CONTAS regionais do Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 47). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

CONTAS regionais do Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

NOTA metodológica da série do PIB dos municípios: referência 2010 (versão para informação e comentários). Versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2015. 5 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2013. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2014. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. 93 p. (Contas nacionais, n. 44). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. 69 p. (Contas nacionais, n. 46). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2010-2013. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2015.

Apêndices

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(continua)

Setores/ subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura	Valor da produção	PAM e Censo Agropecuário 2006
Pecuária	Efetivo dos rebanhos e valor da produção dos produtos	PPM e Censo Agropecuário 2006
Produção florestal; pesca e aquicultura	Produção florestal: Valor da produção	PEVS e Censo Agropecuário 2006
	Pesca: Pessoal ocupado	Censo Demográfico 2010
	Aquicultura: Valor de produção	PPM
Indústria		
Indústria extrativa mineral	Petróleo: Quantidade produzida de petróleo	ANP
	Restante dos produtos: Valor das saídas de mercadorias	SEFAZ
Indústria de transformação	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	Geração de energia elétrica: Valor adicionado bruto da empresa calculado pelas Contas Regionais	Contas Regionais
	Transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica: Quantidade consumida de energia elétrica	ELETROBRAS - ANEEL
	Demais: Volume faturado	Empresas de gás e de água e esgoto
Construção	Empresas não financeiras: Pessoal ocupado na atividade	CEMPRE
	Famílias: Valor adicionado municipal das atividades lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos	PIB dos Municípios
Serviços		
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Serviços de alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias e salário	SEFAZ e CEMPRE
Transportes, armazenagem e correio	Transporte terrestre (rodoviário e ferroviário):	PIB dos Municípios
	Passageiro: Valor adicionado municipal das atividades comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos	
	Carga: Valor da produção municipal das atividades agropecuária, indústria extrativa mineral, indústria de transformação, comércio e serviços de manutenção e reparação, transportes aquaviário, aéreo e correios	
	Transporte aéreo: Receita de carga e passageiros embarcados	INFRAERO - ANAC
	Transporte aquaviário: Receita de carga embarcada	ANTAQ
	Correios: Receita operacional dos correios	ECT
Armazenagem e outros: Valor adicionado municipal das atividades cultivo de cereais, soja, café e algodão; indústria extrativa mineral; indústria de transformação; comércio e serviços de manutenção e reparação; transportes (exceto armazenagem)		PIB dos Municípios

Apêndice 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(conclusão)

Setores/ subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Serviços		
Serviços de informação	Telecomunicações: Valor adicionado municipal das atividades comércio varejista; alojamento e alimentação; serviços de intermediação financeira; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Demais serviços: Pessoal ocupado	CEMPRE
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	Valor das operações ativas e passivas selecionadas: aplicações, depósitos do governo, depósitos do setor privado, depósitos de poupança e depósitos a prazo	BACEN
Atividades imobiliárias	Consumo de energia elétrica residencial e comercial	ELETROBRAS - ANEEL
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Parcela relativa à contribuição das sedes de empresas: Pessoal ocupado	CEMPRE
	Demais parcelas: Valor adicionado municipal das atividades indústria extrativa mineral; indústria de transformação; comércio e serviços de manutenção e reparação (exceto atacadista de combustíveis); transportes (exceto armazenagem e passageiros); serviços de informação (apenas demais serviços); serviços de intermediação financeira; administração pública esfera municipal	PIB dos Municípios
Administração, educação e saúde públicas, defesa e seguridade social	Esferas federal e estadual: População residente	IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada pelas prefeituras com pessoal ativo (salários + encargos)	FINBRA - TCE - TCM
Educação mercantil	Número de matrículas por segmento educacional ponderado pela massa salarial	INEP - CEMPRE
Saúde mercantil	Pessoal ocupado por classificação brasileira de ocupações (CBO)	RAIS
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e Serviços domésticos	Valor adicionado municipal das atividades lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; construção (apenas empresas não financeiras)	PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**Apêndice 2 - Índice de Gini, por atividade econômica,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini, por atividade econômica				Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública	
Brasil	0,61	0,91	0,90	0,75	0,86
Norte	0,57	0,93	0,88	0,66	0,80
Rondônia	0,30	0,83	0,80	0,60	0,69
Acre	0,33	0,83	0,86	0,60	0,70
Amazonas	0,56	0,96	0,94	0,66	0,88
Roraima	0,34	0,84	0,87	0,65	0,74
Pará	0,49	0,91	0,83	0,55	0,74
Amapá	0,36	0,78	0,85	0,72	0,76
Tocantins	0,54	0,86	0,84	0,59	0,71
Nordeste	0,63	0,91	0,87	0,61	0,80
Maranhão	0,52	0,90	0,83	0,53	0,73
Piauí	0,66	0,92	0,88	0,59	0,77
Ceará	0,52	0,90	0,87	0,60	0,80
Rio Grande do Norte	0,65	0,89	0,89	0,64	0,81
Paraíba	0,57	0,91	0,87	0,61	0,78
Pernambuco	0,61	0,91	0,86	0,60	0,81
Alagoas	0,56	0,88	0,85	0,57	0,75
Sergipe	0,47	0,81	0,83	0,59	0,73
Bahia	0,62	0,90	0,85	0,56	0,78
Sudeste	0,57	0,90	0,91	0,80	0,88
Minas Gerais	0,61	0,90	0,87	0,68	0,83
Espírito Santo	0,41	0,84	0,79	0,62	0,77
Rio de Janeiro	0,55	0,84	0,85	0,76	0,83
São Paulo	0,51	0,86	0,90	0,79	0,87
Sul	0,47	0,85	0,84	0,70	0,78
Paraná	0,42	0,87	0,85	0,69	0,79
Santa Catarina	0,44	0,79	0,80	0,68	0,75
Rio Grande do Sul	0,48	0,86	0,85	0,72	0,78
Centro-Oeste	0,62	0,86	0,89	0,87	0,84
Mato Grosso do Sul	0,47	0,81	0,78	0,63	0,69
Mato Grosso	0,62	0,81	0,80	0,62	0,71
Goiás	0,63	0,86	0,86	0,72	0,79

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - S UFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Exclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. Censo Demográfico 2000) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data. 2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Projeto PIB dos Municípios

Coordenação

Sheila Cristina Zani

Comitê Técnico

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Alex Ribeiro

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

Joao Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Martinho Roberto Lazzari

Suryane Nabhem Kalluf

Wilson Grimaldi

Planejamento e análise

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Informática¹

Raquel Callegario Gomes

Organização e elaboração do texto

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Revisão do texto

Valdilson Batista de Moraes

Colaboradores**Diretoria de Geociências****Coordenação de Geografia**

Cláudio Stenner

Gerência de Atlas

Adma Hamam de Figueiredo

Elaboração dos mapas

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

Órgãos Estaduais de Estatística**Rondônia****Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO**

Teresa Cristina Simoni

Hilda Coelho Gomes Denny

Acre**Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/AC**

Claudia Lima Saldanha

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Shirley Brana Vilela

Amazonas**Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia, e Inovação - SEPLAN -CTI/AM**

Francisco Alves de Freitas

Casemiro Rodrigues de Souza

Ezio Lacerda Lopes

José Sandro da Mota Ribeiro

Julio Afonso da Silva Filho

Roraima**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN/RR**

Milton Antonio do Nascimento

Fábio Rodrigues Martinez

¹ A compilação dos dados para a publicação foi realizada utilizando os algoritmos desenvolvidos por Carlos Alberto Mendonça dos Santos, da CEEC/GCAD do IBGE.

Natalino Araújo Paiva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA

José Dias de Carvalho Zurutuza

Marcílio da Silva Matos

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Renan Alves Brandão

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN/AP

Leila Silvia Sacramento Balieiro de Souza

Carlos José Gonçalves Neves

Regina Celis Martins Ferreira

Tocantins

Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN/TO

Kézia Araújo

Geizianne Pereira da Cunha

Grazielle Azevedo Evangelista

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Sadick Nahuz Neto

Dionatan Silva Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Maria Egídia Soares Andrade

Evaristo Alves dos Reis Júnior

Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa

Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Nicolino Trompieri Neto

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Fátima Juvenal de Sousa

Margarida Maria Sérgio do Nascimento

Witalo de Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA

José Leônidas Galvão Neto

Wagner Rodrigues

Paraíba**Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - IDEME**

Leilah Silva Barros
Geraldo Lopes de Oliveira
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olimpio

Pernambuco**Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM**

Wilson Grimaldi
Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Maurílio Lima

Alagoas**Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG**

Roberson Leite Silva Junior
Gilvandro Freitas
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG**

Gabrielle Monteiro Souza
Márcia de Andrade Bastos

Bahia**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI**

Simone Borges Medeiros Pereira
Carol Araújo Vieira
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos (Coordenador)
Karina Maria das Graças Carneiro da Silva

Minas Gerais**Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP/CEI**

Maria Aparecida Sales Souza Santos
Caio César Soares Gonçalves
Carla Cristina Aguilar de Souza
Danilo Gomes de Freitas
Glauber Flaviano Silveira
Marco Paulo Vianna Franco
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Edna Morais Tresinari

Gustavo Ribeiro

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Seráfita Azeredo Ávila

Ana Cristina Xavier Andrade

Armando de Souza Filho

Rodrigo Santos Martins

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Vagner Bessa

Regiane Lenardon

Cimar Prieto Alejandro Aparicio

Maria Rosa Borin

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Adriane Isabelle Fagundes dos Santos

Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento - SPG/SC

Alex Ribeiro

Carlos Mestre Crespo Luz

Jorge Augusto Perozin

Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística - FEE

Roberto Rocha

Antônio Albano de Freitas

Carlos Bertolli de Gouveia

Carolina Agranonik

Cesar Conceição

Guilherme Risco

Vinicius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico - SEMADE/MS

Eliandres Pereira Saldanha

Sebastião Carvalho de Oliveira

Mato Grosso**Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/MT**

Breno Augusto de Barros Antunes

Eduardo Matsubara

Elienai Carrias da Silva

Goiás**Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos****Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO**

Dinamar Maria Ferreira Marques

Alex Felipe Rodrigues Lima

Luiz Batista Alves

Sérgio Borges Fonseca Júnior

Distrito Federal**Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Edimary Porto Dias

Evelyne Lima de Souza

Patry Marques Boscá

Renato Mendes Freitas

Elaboração de tabulações especiais para o PIB dos Municípios**Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ**

Herbert Koehne de Castro

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

<http://www.anp.gov.br>

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Oséias Sousa dos Santos

Ricardo Jose Ribas dos Santos

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

<http://www.infraero.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

<http://www.inep.gov.br/>

Receita Federal do Brasil

Márcio Gonçalves

Secretarias Estaduais da Fazenda - SEFAZ

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual e tabular

Beth Fontoura

Fernanda Maciel Jardim

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Katia Vaz Cavalcanti

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Edgard de Albuquerque Sant'anna (Estagiário)

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nádia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quarta capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Sistema de contas nacionais: Brasil, 2ª edição. (Série relatórios metodológicos, v. 24).

Produto Interno Bruto dos Municípios, 2ª edição (Série relatórios metodológicos, v.29).

Contas Regionais do Brasil (Série relatórios metodológicos, v.37).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais. (Texto para discussão, n. 31).

Codificar para contar (Texto para discussão, n. 53).

O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil (Textos para discussão, n. 51).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol. Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

- Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.
- Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).
- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.
- Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).
- Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).
- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2011. (Contas nacionais, n. 44).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 46).
- Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
- Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
- Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
- Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
- Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).
- Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).
- Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).
- Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).
- Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).
- Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas Regionais do Brasil 2005 - 2009 (Contas Nacionais n. 35)

Contas Regionais do Brasil 2010 (Contas Nacionais n. 38)

Contas Regionais do Brasil 2011 (Contas Nacionais n. 40)

Contas Regionais do Brasil 2012 (Contas Nacionais n. 42)

Contas Regionais do Brasil 2010-2013 (Contas Nacionais n. 47)

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).

Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).

Produto interno bruto dos municípios 2012. (Contas nacionais, n. 43).

Produto interno bruto dos municípios 2010-2013. (Contas nacionais, n. 49).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2007 - 2009. (Contas nacionais, n. 37).

Conta - satélite de saúde: Brasil 2010 - 2013. (Contas nacionais, n. 48).

Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo:
Brasil 2010-2013. (Contas nacionais, n. 45).